

**CONSAÚDE - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço**

Sede Administrativa: Rua Visconde Mauá, 594, Cidade Nobre, Ipatinga / MG - CEP 35.162-391

Clínica CONSAÚDE: Rua Passo Fundo, 550, Caravelas, Ipatinga / MG - CEP: 35.164-279

Tel.: (31) 3830-1010 / Tel.: (31)3821-4568- CNPJ: 00.853.908/0001-48

E-mail: compras@consaudevaledoaco.com.br**EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA**

Processo Licitatório nº 012/2023	Registro de Preços nº 003/2023
Registro de Preços: (X) Sim () Não	
Unidades Requisitantes: Secretaria Executiva	
Critério de Aceitabilidade: Média de Preços apurada pela Administração, bem como a observância aos preceitos legais e regras consignadas neste edital.	
Preços Máximos Aceitos: Média Estimada pela Administração, podendo ser aceito preços de até 20% superior à média como medida de atrair o mercado ao objeto, nos termos da legislação pertinente.	
Orçamento Sigiloso: () *Sim (X) Não * Exceto para os órgãos de controles a qualquer momento e licitantes no momento de julgamento	
Tipo de Julgamento: (X) Menor preço por item () Menor Preço por lote () Menor Preço Global	
Abertura: 05/04/2023.	
Horário: 08h30min horário de Brasília	
Local de Realização: Rua Visconde de Mauá, nº 594, Bairro Cidade Nobre, CEP 35162-391.	
Consulta ao Edital: Rua Visconde de Mauá, nº 594, Bairro Cidade Nobre, CEP 35162-391.	
Telef. Contato: 31 3821- 4568 e-mail: compras@consaudevaledoaco.com.br	
Aplicar Benefícios da Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014: (X) Sim () Não	
Licitação Exclusiva Para Desenvolvimento Local/Regional: (X) Sim () Não (Caso afirmativo, ver item 4 do edital)	
Licitação Exclusiva art. 47 da Lei Complementar nº 147/2014: (X) Sim () Não Obs.: não se aplica exclusividade ao item cód. 5591, estando-o aberto para ampla concorrência com a concessão dos benefícios da LC 123/2006.	
Aplicar o Art. 48, III, da Lei Complementar 123/2006, em conformidade com o art. 87 do Código Civil Brasileiro: (X) Não () Sim: ➤ Cota Principal Mínima de 75% do Objeto (Ampla Concorrência) Item/Lote: ➤ Cota Reservada de até 25% do Objeto (Contratação ME, EPP e Equiparadas) Item/Lote: Obs.: Em Caso de reserva de cota, ver item 13 do Termo de Referência/Memorial Descritivo (Anexo I):	
Aplicar o § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº 147/2014: () Sim (X) Não	



Uso de Tecnologia para Elaboração de Proposta: (X) Sim () Não (Caso afirmativo, ver item 8 do edital)

Peças Integrantes do Edital:

- 01 – Normas específicas/Projeto Básico – **Anexo I.**
- 02 – Declaração de Inexistência de fato Impeditivo à Habilitação – **Anexo II.**
- 03 – Declaração de Cumprimento do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal – **Anexo III.**
- 04 – Modelo de Credenciamento de Representante – **Anexo IV.**
- 05 – Modelo de Proposta Comercial – **Anexo V.**
- 06 – Minuta da Ata de Registro de Preços – **Anexo VI.**
- 07 – Minuta de Contrato – **Anexo VII.**
- 08 – Declaração de Cumprimento da Habilitação – **Anexo VIII.**
- 09 – Declaração de enquadramento ME, EPPs e equiparadas – **Anexo IX.**
- 10 - Orçamento Estimativo em Quantitativo e Valores – **Anexo X.**

O **Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço – CONSAÚDE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede Administrativa na cidade de Ipatinga/MG, situada na Rua Visconde de Mauá, nº 594, Bairro Cidade Nobre, CEP 35162-391, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.853.908/0001-48, por intermédio do Pregoeiro nomeado pela Portaria nº 05/2021, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços do Tipo Menor Preço Por Item, nos termos das Leis Federais N. 8.666/93, N. 10.520/2002 e Lei Complementar N. 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº. 147/2014 e Decreto Federal número 7.892/2013 e suas alterações, cujo objeto é o Registro de Preços, objetivando futura e eventual aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização básica, em conformidade com o anexo I deste edital (Termo de Referência).

Não havendo expediente na data marcada ou outro fato superveniente que impeça a realização do certame, a licitação fica adiada para o primeiro dia útil subsequente, conservando a mesma hora e local, se outra data ou horário não forem estabelecidos pelo Pregoeiro.

Este Pregão destina-se a garantir a observância do Princípio Constitucional da Isonomia e a selecionar a Proposta mais vantajosa para o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço – CONSAÚDE, julgada em estrita conformidade com os Princípios Básicos da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Igualdade, da Publicidade, da Proibição Administrativa, da Vinculação a este Edital, do Julgamento Objetivo e dos que lhe são correlatos. Este Edital é Lei entre as partes. Obriga o Consorcio bem como os licitantes a observarem as normas estabelecidas no Ato Convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que esteja previsto neste Edital.



1 – DO OBJETO.

1.1 – A presente licitação tem por objeto selecionar proposta para o Registro de Preços, objetivando futura e eventual aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização básica, em conformidade com o anexo I deste edital (Termo de Referência).

1.2 – O objeto desta licitação será executado em total observância às prescrições deste instrumento o qual disciplina as regras do certame.

2 – CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO.

2.1 – Poderão participar deste pregão as licitantes que atendam a todas as exigências contidas neste edital com ramo de atividade compatível com o objeto, inclusive quanto ao disposto nos seus anexos;

2.2 - Não poderão participar deste pregão:

2.2.1 - Licitantes suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o Consaúde, durante o prazo da sanção aplicada;

2.2.2 - Licitante declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

2.2.3 - Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

2.2.4 - Licitante cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste pregão;

2.2.5 - Licitante que se encontre em processo de dissolução, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;

2.2.6 - Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.2.7 – Em consórcio, diante da avaliação do objeto, considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital.

2.3 – Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro não mais serão admitidos novos proponentes junto ao certame.

3 – DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS ENQUADRADAS NAS CONDIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006.

3.1 - Ao licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como microempresa, empresa de Pequeno Porte ou equiparada, conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, será concedido o tratamento favorecido, nos termos dos art. 42 a 49 do mesmo diploma legal.



3.2 - Na forma da legislação vigente, os licitantes para obterem o tratamento diferenciado deverão comprovar a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada mediante a apresentação de:

3.2.1 - Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, ou declaração equivalente inerente à empresa participante;

3.2.2 - Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou declaração equivalente inerente à empresa participante.

3.3 - O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

3.4 - Para concessão do tratamento diferenciado, os licitantes deverão apresentar acostado ao credenciamento ou a proposta comercial qualquer um dos documentos mencionados nos itens 3.2.1 e 3.2.2.

3.5 - Encerrada a fase de lances, a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de até 5 (cinco) minutos, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será declarada vencedora e lhe adjudicado o objeto do certame **(exceto no certame exclusivo de ME, EPP, e equiparadas)**.

3.6 - Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da condição do item 3.4, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito **(exceto no certame exclusivo de ME, EPP, e equiparadas)**.

3.7 - Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no artigo 44, §2º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, sendo assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas que atenderem as exigências do edital **(exceto no certame exclusivo de ME, EPP, e equiparadas)**.

3.8 – Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor **(exceto no certame exclusivo de ME, EPP, e equiparadas)**.

3.9 – Ocorrendo empate na forma do item anterior, proceder-se á da seguinte forma:

3.9.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte detentora da proposta de menor preço será convocada para apresentar, no prazo de até 05 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame **(exceto no certame exclusivo de ME, EPP, e equiparadas)**.



3.9.2 - Se a microempresa ou empresa de pequeno porte, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na hipótese do item 3.7 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto em lei. No caso de equivalência dos preços apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte se encontrem nos intervalos estabelecidos nos § 1º e 2º do artigo da Lei Complementar nº 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique quem primeiro poderá apresentar a oferta **(exceto no certame exclusivo de ME, EPP, e equiparadas)**.

3.10 – Se nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte satisfizer as exigências previstas neste edital será declarada vencedora do certame a licitante detentora da proposta de menor preço **(exceto no certame exclusivo de ME, EPP, e equiparadas)**.

4 – DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME EPP E EQUIPARADAS LOCAL E REGIONAL.

4.1 – Nos termos da Lei Complementar nº 147/2014, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento sustentável, bem como a promoção da prática empresarial, fica permitida a participação neste certame somente empresas enquadradas como Microempresas, empresas de Pequenas Empresas e equiparadas sediadas **LOCALMENTE E NA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO**, aplicando-se no que couber as regras contidas no Decreto Federal nº 8.538/2015.

4.2 – Justifica-se, ainda, o incentivo às micro e pequenas empresas locais e regionais de forma a proporcionar políticas públicas de sustentabilidade, empreendedorismo, geração de renda e desenvolvimento econômico, voltados ao incentivo da atividade empresarial e melhora dos Índices de Desenvolvimento Econômico e Sociais.

4.3 – Para este incentivo, a administração está levando em consideração o objeto do certame que pode ser fornecido por várias empresas sediadas dentro da limitação local.

4.4 – Os entendimentos acerca do tratamento diferenciado concedido às empresas enquadradas encontram-se amparado com base na consulta nº 887.734, sessão de 03/07/2013, do TCE/MG.

4.5 – Para comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial expedida no máximo a 90 (noventa) dias a contar da data de recebimento das propostas, ou órgão de registro competente, ou declaração sobre sua condição de ME/EPP (**ANEXO IX**) expedida pelo representante legal ou autorizado no ato do Credenciamento.

5 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO.



5.1 – As empresas que desejarem participar do presente pregão deverão entregar e protocolar dois envelopes distintos, sendo um para a “proposta comercial” e outro para a “habilitação”, conforme especificado abaixo, no local, dia e hora designados para tal.

5.1.1 – O envelope com a “proposta comercial” deverá conter, externamente, os seguintes dizeres:

<p style="text-align: center;"><u>Nome ou Razão Social do Licitante</u> <u>À Comissão de Licitação – A/C Pregoeiro</u> <u>Envelope 01 – Proposta</u> <u>Processo Nº 012/2023</u> <u>Modalidade: Registro de Preços nº 003/2023</u> <u>Data e horário de abertura</u></p>

5.1.2 – O envelope com a “habilitação” deverá conter, externamente, os seguintes dizeres:

<p style="text-align: center;"><u>Nome ou Razão Social do Licitante</u> <u>À Comissão de Licitação – A/C Pregoeiro</u> <u>Envelope 02 – Habilitação</u> <u>Processo Nº 0012/2023</u> <u>Modalidade: Registro de Preços nº 003/2023</u> <u>Data e horário de abertura</u></p>

6 - DO CREDENCIAMENTO.

6.1 – Para se credenciarem perante o este certame os proponentes deverão se apresentar junto o Pregoeiro, munidos com todos os documentos legais exigidos por lei e este edital, que lhes autorizem a admissão no certame garantindo-lhes a participação neste procedimento licitatório. Os representantes documentadamente credenciados pelas proponentes e aceitos pelo Pregoeiro deverão, no ato da entrega dos envelopes, identificarem-se exibindo as carteiras de identidades ou documentos equivalentes.

6.1.1 – O credenciamento é condição obrigatória para os licitantes que desejarem ofertar lances neste pregão. O representante legal da licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, enfim, de representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes “proposta” e “habilitação” relativos ao pregão, ficando mantido o preço apresentado na sua proposta escrita para efeito de ordenação das propostas e aferição do menor preço.

6.1.2 – O credenciamento do representante legal se fará por instrumento público de procuração que comprove os necessários poderes para formular ofertas, lances e



praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente ou por carta de credenciamento com firma reconhecida do representante legal da empresa **(vd modelo do anexo IV)** devidamente acompanhada do Estatuto, Contrato Social, ou outro instrumento, na forma da lei, devidamente registrado no órgão competente, demonstrando que o sócio administrador, proprietário, dirigente ou assemelhado da proponente, é o assinante da procuração ou carta de credenciamento. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, ou outro instrumento, na forma da lei, devidamente registrado no órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6.1.3 – Na sessão pública para recebimento das propostas que será realizada no local e horário designado para o certame, os interessados deverão apresentar juntamente com o envelope de habilitação, declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação previstos no inciso VII, da Lei Federal nº 10.520/2002, como condição para participar no certame **(vd modelo do anexo VII)**.

7 - DA PROPOSTA.

7.1 – A proposta deverá ser elaborada e impressa e apresentada em papel timbrado da proponente ou conforme o modelo do **ANEXO V**, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e suas folhas devem estar assinadas/rubricadas pelo seu representante legal. Deverão ainda ser observados os preços de referência constantes neste edital, extraídos através de pesquisa de preços de mercado. Deverão ainda constar na proposta:

- Nome empresarial e o número do CNPJ, da proponente;
- Nome e números da Carteira de Identidade e CPF do representante legal, da proponente;
- Especificação detalhada dos equipamentos ora pretendidos, conforme objeto do edital;
- Preços unitário e total, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais;
- Marca e modelo dos equipamentos ofertados para a administração;
- Telefone, e-mail e data da proposta.

7.2 – A simples participação da licitante concorrente neste certame implica que:

7.2.1 – Foram aceitas todas as condições estabelecidas neste pregão.

7.2.2 – A licitante vencedora compromete-se a executar o objeto desta licitação em total conformidade com as especificações deste edital.

7.2.3 - No preço estão computadas todas as despesas administrativas tais como: salários e encargos sociais, de acordo com a legislação trabalhista, seguros, fretes, taxas, impostos e demais encargos incidentes;



7.2.4 – Independente de menção, o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para sua entrega, o qual, se maior, deverá ser explicitado na proposta.

7.2.5 – No caso de omissão na proposta, considerar-se-á que as suas especificações serão a que constam do objeto.

7.2.6 – A empresa vencedora deverá apresentar proposta atualizada obedecendo à proporcionalidade dos preços oferecidos no lance final, salvo se estes estiverem contemplados no Mapa de Apuração, que é parte integrante da Ata de Julgamento.

7.3 - As propostas terão validade mínima de 60 (sessenta), contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital. Decorrido este prazo sem convocação para a contratação, a licitante fica liberada do compromisso assumido.

7.4 - Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias poderá ser solicitada prorrogação de sua validade a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse do Consaúde.

7.5 - A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento do licitante.

7.6 - Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua proposta comercial, não podendo alegar desconhecimento de quaisquer condições esculpidas no edital, seja no aspecto jurídico, técnico ou comercial.

7.7 - O licitante poderá apresentar proposta referente ao(s) lote(s)/item(s) que for(em) de seu interesse, devendo esta(s) e os lances referirem-se à integralidade de seu objeto, não se admitindo propostas para fornecimento parcial do objeto do lote, quando for o caso.

7.8 - O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço efetuará as retenções relativas aos tributos Federais, Estaduais e Municipais, nos termos da legislação vigente.

7.9 - Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias poderá ser solicitada prorrogação de sua validade a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse do Consaúde.

7.10 - Será desclassificada a proposta comercial que:

- a) não se refira à integralidade do objeto;
- b) não atenda às exigências estabelecidas neste edital ou em diligência;
- c) - tenha suas amostras ou folders (quando for o caso) considerados em desacordo com as especificações deste edital e da legislação aplicável, por meio de parecer técnico emitido pelo Consaúde, ou que não sejam entregues no prazo determinado, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, em relação aos itens:



7.11 - O preço deverá ser cotado considerando-se a entrega do objeto licitado na sede administrativa do Consaúde, localizada na Rua Visconde de Mauá, nº 594, Bairro Cidade Nobre, CEP 35162-391.

8 – USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

8.1 – Não se aplica tal exigência ao certame, devendo ser seguida as prescrições contidas neste edital.

9 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

9.1 – Abertos os envelopes de propostas comerciais, o Pregoeiro verificará a conformidade destas com os requisitos formais e materiais do edital e o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo e classificadas as que estiverem em acordo;

9.1.1 – Poderão fazer lances verbais e sucessivos, desde que presentes, o autor da proposta de valor mais baixo e os das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela, pela ordem decrescente de classificação do tipo de julgamento, até a proclamação do vencedor.

9.2 – Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas até o máximo de 03 (três), ofertarem novos lances verbais e sucessivos, organizadas na ordem de classificação do tipo de julgamento, podendo, a critério do pregoeiro, iniciar cada rodada de lances com intervalo mínimo de 01% (um por cento), quando for o caso e demonstrado vantagem, até a proclamação do vencedor.

9.3 – Não poderá haver desistência dos lances apresentados, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital.

9.4 – Os lances sucessivos deverão ser feitos em valores de acordo com o tipo de julgamento calculados sobre a melhor oferta classificada e registrada.

9.5 – O Pregoeiro abrirá, de maneira ordenada, a oportunidade para que todos ofertem lances respeitadas as regras deste edital;

9.6 – Não serão aceitos dois ou mais lances de igual valor, prevalecendo, nesse caso, o mais vantajoso para a administração ou aquele ofertado primeiro.

9.7 – A desistência da proponente em ofertar lances, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará em exclusão da disputa, restando sua última oferta registrada para fins de classificação definitiva.

9.8 – Será declarada vencedora a proposta de menor valor, devendo a decisão ser motivada pelo Pregoeiro, após exame de sua aceitabilidade. Prosseguindo, o Pregoeiro



procederá à classificação definitiva das propostas, lançando tudo em Mapa de Apuração, que é parte integrante da Ata de Julgamento.

9.9 - Será desclassificada as propostas que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º, e art. 48, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.10 - Encerrada a etapa de lances, caso o pregoeiro entenda que há indícios de inexequibilidade nos preços, fixará prazo para que a licitante, cuja proposta melhor classificada e registrada, elabore demonstrativos que justifiquem a exequibilidade na formação de seu preço por meio de planilha de custos devidamente fundamentada, que evidenciem a possibilidade do cumprimento da proposta, sujeita a exame e aceitabilidade pelo pregoeiro, sob pena de não ser proclamada vencedora.

10 – DA NEGOCIAÇÃO.

10.1 - O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

11 – DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA.

11.1 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e sua compatibilidade com as especificações técnicas do objeto.

11.2 - O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do consórcio ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12 – DA AMOSTRA.

12.1 – A administração do consórcio reservava-se no direito, caso julgue necessário, de solicitar das empresas vencedoras a apresentação de amostras dos produtos que se dispuser a fornecer ao CONSÓRCIO. A análise da amostra será efetuada pelo Departamento de Compras da administração.

12.2 – A amostra de produtos que apresentarem problemas de natureza técnica e/ou descritivas ou que for declarada de péssima qualidade, comprometendo durabilidade, eficiência e economicidade, será imediatamente recusada, mesmo que possua todas as



especificações exigidas neste edital. Nestas circunstâncias, a administração reserva-se no direito de convocar os licitantes remanescentes em caso de inércia da licitante em na troca dos produtos.

12.3 – A amostra deverá ser enviada juntamente com a embalagem original do produto, a fim de que possamos aferir com precisão a especificação do objeto.

12.4 - A amostra que obtiver aprovação poderá (a critério da administração) efetivamente ser adquirida.

12.5 – As amostras rejeitadas deverão ser retiradas da Seção de Almoxarifado, no prazo máximo de 30 dias, contados da apresentação. Caso contrário, serão consideradas abandonadas.

12.6 - A licitante vencedora ficará responsável por todos os tributos, custos e demais despesas, a fim de que o material objeto do presente certame seja entregue, inclusive todas as despesas provenientes das amostras.

13 – DA HABILITAÇÃO.

13.1 – Sob pena de inabilitação e desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ/MF constante da proposta de preços, exceto no caso das filiais em que as certidões são emitidas com CNPJ da matriz;

13.2 – Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia autenticada em cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou de cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.

13.3 – O licitante deverá apresentar os seguintes documentos para habilitar-se no presente processo:

A) RELATIVOS A HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a.1) Ato constitutivo (Contrato Social, Requerimento de Empresário, Estatuto e outros) com sua última alteração, devidamente registrados no órgão competente. Em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a.1.1) Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou substituídos pela consolidação respectiva;

a.2) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e

a.3) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

B) RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:



- b.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- b.3) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
 - b.3.1) Faz parte da prova de regularidade para com a Fazenda Federal do Brasil, mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, às Contribuições Sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212/1991 e à Dívida Ativa da União, ou distinta, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil;
 - b.3.2) Faz parte da regularidade para com a Fazenda Estadual a apresentação da Certidão de Quitação dos Tributos Tributários Estaduais relativos ao domicílio ou sede do licitante;
 - b.3.3) - Faz parte da regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante a apresentação de Certidão Negativa de Quitação de Débitos emitida pela Secretaria Municipal competente;
- b.4) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei mediante apresentação de Certificado de Regularidade (CRF do FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- b.5) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

C) QUALIFICAÇÃO TÉCNICO – OPERACIONAL

- c.1) Apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica profissional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, para os quais já tenha a empresa fornecido objetos igual ou similar ao presente.

D) DEMAIS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.

- d.1) Certidão Negativa de Falência e Concordada inerente ao domicílio e sede do licitante;
- d.2) Declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal, sob as penalidades da lei, firmada pelo representante legal, conforme modelo **Anexo III**;
- d.3) Declaração de inexistência de impedimento à habilitação, conforme modelo **Anexo II**.
- d.4) Diploma conclusão do Curso Superior em Farmácia;



d.5) Prova de registro/inscrição regular no Conselho Federal de Farmácia.

13.4 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

13.5 – O Pregoeiro e a equipe de apoio poderão efetuar consultas ao site da Receita Federal para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, em observância à legislação pertinente, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

13.6 – Serão aceitos documentos que expressem sua validade, desde que em vigor, ou, quando não declarada sua validade pelo emitente, expedido 60 (sessenta) dias, no máximo, da data de abertura.

13.7 – A microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

13.7.1 – Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do consórcio, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

13.7.2 – A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

13.8 – Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sendo facultado o Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou submeter o processo à autoridade competente para revogação.

13.9 – Os documentos mencionados neste título não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, sendo que a apresentação dos documentos em desacordo com o previsto neste Título, ou a sua ausência, salvo o disposto previsto na Lei Complementar nº 123/2006 será aplicada as penalidades jurídicas vigentes.

14 – DA VISTORIA.

14.1 - Não se exigirá que a licitante realize vistoria do local de entrega e execução do objeto licitado devido à sua característica.

15 – DAS PENALIDADES.



15.1 – Nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, poderá ficar impedido de licitar e contratar com o Consaúde, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e demais penalidades legais, o licitante que:

15.1.1 – não assinar o contrato e/ou não receber a Ordem de Serviços dentro de até 10 (dez) dias a contar da intimação do ato;

15.1.2 – apresentar documentação falsa;

15.1.3 – deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;

15.1.4 – retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;

15.1.5 – não mantiver sua proposta;

15.1.6 – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

15.2 – Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a adjudicatária ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela administração, execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada ampla defesa, às seguintes penalidades:

15.2.1 – pelo atraso injustificado, multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, e juros de 1% (um por cento) ao mês, pela permanência do atraso ou fração equivalente, incididos sobre o valor da multa;

15.2.2 – pela inexecução parcial ou total do fornecimento:

a) advertência;

b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Consaúde, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3 – O valor da multa, aplicado após regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo consórcio à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

15.4 – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 14.2.2 poderão ser aplicadas cumulativamente ou não à pena de multa.

16 – DOS RECURSOS.

16.1 - Declarada a vencedora qualquer licitante poderá de forma imediata e motivada manifestar sua intenção de recurso. O recurso será datilografado ou redigido em computador, contendo nome empresarial, número do CNPJ e endereço da licitante, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal, sendo devidamente protocolado junto ao Departamento de Compras do Consaúde.



16.1.1 - O Pregoeiro não se responsabilizará por razões ou contrarrazões endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.

16.2 - A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

16.3 - O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou rejeitando-a, motivadamente, exercendo, para tanto, seu poder direito de juízo de admissibilidade.

16.4 - A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

16.5 - Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, fica a vista dos autos franqueada aos interessados.

16.6 - As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

16.7 - O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.8 – Os recursos contra a decisão do Pregoeiro terão efeitos suspensivos.

16.9 – Os Pregoeiro não se responsabilizará por razões ou contrarrazões endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.

17 - DA IMPUGNAÇÃO.

17.1 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 02 (dois) dias úteis.

17.2 – Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de proposta, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

17.3 - A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou pela licitante, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).

17.4 - Os documentos citados no subitem 17.3 poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada pelo cartório competente, ou pelo



Pregoeiro ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32, caput, c/c art. 38, inciso IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

17.5 - O consórcio não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas e caso não tenha sido acusado recebimento pelo Pregoeiro, e que, por isso, sejam intempestivas.

17.6 - Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, conforme art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/93.

17.7 A decisão do Pregoeiro será enviada ao impugnante por e-mail, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e será divulgada no Portal da Transparência do Consaúde.

17.8 – Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na sala da Comissão de Licitação, a Rua Visconde de Mauá, nº 594, Bairro Cidade Nobre, CEP 35162-391.

18 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

18.1 – O objeto deste pregão será adjudicado pelo Pregoeiro as licitantes vencedoras dos lotes ou itens, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação será efetuada quando decidido a peça jurídica

18.2 – A homologação deste Pregão compete ao senhor Presidente.

18.2.1 – Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para retirar a nota de empenho, assinar o instrumento de contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

18.2.2 – O prazo para retirada da nota de empenho, assinatura do instrumento de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela administração.

19 – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1 – A execução se dará mediante Ordem de Serviços emitida pelo departamento de compras, devendo a vencedora do certame dar início com a prestação dos serviços em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.

20 - DO PAGAMENTO E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

20.1 - O pagamento será efetuado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço de acordo com a efetiva execução por parte da contratada, em conferência com as suas eventuais solicitações, após o cumprimento das obrigações contábeis e financeiras de praxe.



21 – DO FÓRUM.

21.1 – As questões decorrentes deste certame, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Comum, no Foro da cidade de Ipatinga - MG com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

22 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

22.1 – O presente processo somente poderá vir a ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou, anulado no todo ou em parte por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.2 – O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

22.3 – O Pregoeiro, no interesse da administração, poderá relevar omissões puramente formais e/ou material observadas na documentação e proposta de forma a ampliar a competitividade do certame e a selecionar a proposta mais vantajosa, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do certame, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

22.4 – Ocorrendo o descumprimento das obrigações assumidas pela vencedora do certame, o objeto poderá ser adjudicado às licitantes remanescentes, na ordem de classificação e de acordo com as propostas apresentadas.

22.5 – Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação da documentação relativa ao presente edital.

22.6 – Transcorrido o prazo recursal e decidido os recursos eventualmente interpostos será o resultado da licitação submetido ao setor jurídico para emissão de parecer, e após, encaminhado ao prefeito municipal para a homologação.

22.7 – Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica em aceitação plena das condições estipuladas neste edital, decaindo do direito de impugnar os seus termos o licitante que, tendo-o aceito sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, arguir falhas e irregularidades no processo;

22.8 – No exclusivo interesse do consórcio, este poderá emitir tantas Ordens de Fornecimento, Ordens de Paralisação ou Ordens de Reinício que se façam necessárias para o bom desenvolvimento dos trabalhos;

22.9 – O objeto deste certame, observados os requisitos legais, em especial aos ditames previstos no art. 57 da Lei Federal n 8.666/93, poderá ser prorrogado no interesse exclusivo da administração municipal.

22.10 - Como condição de vigência contratual, a licitante deverá manter-se durante a execução do contrato todas as condições de habilitação apresentadas no certame;



CONSAÚDE - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço

Sede Administrativa: Rua Visconde Mauá, 594, Cidade Nobre, Ipatinga / MG - CEP 35.162-391

Clínica CONSAÚDE: Rua Passo Fundo, 550, Caravelas, Ipatinga / MG - CEP: 35.164-279

Tel.: (31) 3830-1010 / Tel.: (31)3821-4568– CNPJ: 00.853.908/0001-48

E-mail: compras@consaudevaledoaco.com.br

22.11 – É vedada a subcontratação parcial ou total sem o consentimento da administração, bem como a participação de estranhos ao processo licitatório.

Ipatinga – MG 22 de março de 2023.

Domingos Sávio de Castro
Pregoeiro



ANEXO I – NORMAS ESPECÍFICAS – TERMO DE REFERENCIA

1 – DO OBJETO.

1.1 - A presente licitação tem por objeto selecionar proposta objetivando o Registro de Preços, objetivando futura e eventual aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização básica, conforme descrições contidas no **ANEXO V** deste edital.

2 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO.

2.1 – 2.1 – A presente aquisição se justifica pela necessidade de disponibilizar ao consórcio e suas unidades, materiais de limpeza e de consumo estritamente necessários à continuidade dos serviços cotidianos prestados na higienização dos locais públicos. A escolha pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS “SRP” está ampara no Inciso II do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93.

3 – JUSTIFICATIVA PELA ESCOLHA PELO JULGAMENTO POR LOTE.

3.1 – Não se aplica, devendo o certame seguir as regras consignadas no preâmbulo deste edital.

4 - DA FISCALIZAÇÃO.

4.1 – Competirá à administração por meio de preposto designado, o acompanhamento, controle, fiscalização e execução dos serviços podendo aceitar ou recusar os que estiverem em desacordo com as regras deste edital ou pela legislação.

5 – DA FORMA DE FATURA E PAGAMENTO.

5.1 – As faturas serão emitidas em reais.

5.2 – O pagamento será efetuado pelo Consaúde de acordo com a efetiva execução por parte da contratada, em conferência com as suas eventuais solicitações, após o cumprimento das obrigações contábeis e financeiras de praxe.

5.3 - Como condição de pagamento, a licitante deverá manter-se durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação apresentadas no certame.

5.4 - Os pagamentos à licitante somente serão realizados mediante a efetiva entrega dos equipamentos nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestado de recebimento a ser expedido pela Secretaria Solicitante.

5.5 - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela licitante em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

5.5 - Identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à licitante para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no subitem 5.2 será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.



5.6 - O pagamento devido pelo consórcio será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela licitante ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

5.7 - Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da licitante sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do contrato.

5.8 - Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a licitante dará ao consórcio plena, geral e irrevogável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

6 - DO JULGAMENTO.

6.1 – O julgamento será efetuado conforme regras definidas no preâmbulo deste edital.

7 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

7.1 – Os recursos orçamentários para suportar as despesas eventualmente contraídas, estão consignados no orçamento próprio do consórcio, compatível com o objeto do certame.

8 - DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 – O fornecimento se dará de forma eventual e fracionada, sem o compromisso obrigatório entre as partes nos termos do § 4º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.2 – A entrega será por conta da licitante vencedora, sem nenhum custo ao consórcio dentro de até cinco dias úteis a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento no seguinte endereço: Rua Visconde de Mauá, nº 594, Bairro Cidade Nobre, CEP 35162-391. No caso de outro endereço, este deverá estar descrito na Ordem de Fornecimento exaurida.

8.3 - A licitante se obriga a cumprir todas as condições e prazos fixados pelo consórcio, assim como observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto.

8.4 - O CONSAÚDE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da licitante para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subcontratados, etc.

8.5 - O contrato, ata de registro de preços ou outro documento equivalente, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da licitante com terceiros, sem autorização prévia do consórcio por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

8.6 - Os produtos deverão conter prazo de validade de fácil visualização com no mínimo um ano a contar da data de entrega para seu vencimento, podendo esse prazo ser menor quando determinado pelo fabricante. Entretanto deverá obrigatoriamente estar com validade compatível ao prazo de uso dos órgãos requisitantes.



9 - DO ESTIMATIVO UNITÁRIO E QUANTITATIVO DO CERTAME.

9.1 – O Estimativo unitário e quantitativo do certame está descrito no **ANEXO IX** deste edital.

10 – DA GARANTIA DO CONTRATO.

10.1 – O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço - CONSAÚDE, se reserva no direito de poder exigir do licitante adjudicado a prestação da garantia de execução de contrato, nos termos do Art. 56, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR.

11.1 - Observar o prazo mínimo de validade dos produtos fornecidos que será de no mínimo um ano ou 90% de seu período de validade, quando for o caso.

11.2 - Entregar os produtos objeto deste edital dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados.

11.3 - Executar o contrato, ata de registro de preços ou outro documento hábil responsabilizando-se pela perfeição técnica dos produtos entregues.

11.4 - Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos, substituindo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes deste edital sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

11.5 - Fornecer produtos novos quando for o caso que satisfaçam rigorosamente as especificações constantes deste Termo, as normas da ABNT e dos fabricantes, e as normas internacionais consagradas, na falta de regulamentação da ABNT.

11.6 - Cumprir os prazos previstos no contrato, ata de registro de preços ou outro documento hábil que venham a ser fixados pelo CONSÓRCIO.

11.7 - Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto durante toda a sua vigência, no prazo máximo de 48 horas a contar da notificação, a pedido do consaúde.

11.8 - Manter-se, durante toda a vigência do contrato ata de registro de preços ou outro documento hábil, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao consórcio, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato ou outro documento.

11.9 - Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no Contrato, e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria na execução e dos resultados obtidos, preservando o CONSAÚDE de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.



11.10 - Observar os princípios de sustentabilidade contidos na legislação, precipuamente no art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Federal nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na Lei Estadual nº 18.031/09 (Política Estadual de Resíduos Sólidos), e as práticas sustentáveis estabelecidas pela legislação aplicável, em especial:

- a) economia no consumo de água e energia;
- b) minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados;
- c) redução da emissão de poluentes e de gases de efeito estufa;
- d) utilização de produtos reciclados, recicláveis, reutilizáveis, reaproveitáveis ou biodegradáveis compostáveis;
- e) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- f) fomento às políticas sociais inclusivas e compensatórias;
- g) utilização de equipamentos com baixo consumo energético e baixa emissão de ruído;
- h) observação das normas do INMETRO.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONSAÚDE

12.1 - Notificar a licitante sobre qualquer irregularidade encontrada na entrega dos produtos, fixandolhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.

12.2 - Atestar o recebimento do objeto contratado no documento fiscal correspondente.

12.3 - Emitir, por meio do setor de compras o correspondente Pedido de Compra.

12.4 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a serem solicitados pelos funcionários da licitante contratada, em relação aos produtos, objeto do processo.

12.5 - Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, por meio do setor de compras do CONSAÚDE;

12.6 - Efetuar os pagamentos devidos à licitante contratada nas condições estabelecidas.

12.7 - Fiscalizar a execução do contrato, ata de registro de preços ou outro documento hábil o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da licitante pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

12.8 - Rejeitar todo e qualquer produto de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste edital.

12.9 - Recusar qualquer produto, quando for o caso que apresente incorreções de natureza construtiva e/ou de acabamento, ficando as correções às custas da licitante.

12.10 - Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a entrega dos produtos.

12.11 - Arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato, ata de registro de preços, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados.

12.12 - Efetuar o recebimento definitivo do objeto por meio do departamento de compras.



12.13 - Efetuar diligência para comprovar o cumprimento das práticas de sustentabilidade

13 - DAS RESERVAS DE COTA, INCISO III DO ART. 48 DA LEI COMPLEMENTAR nº 123/2006.

13.1 - A administração do Consaúde registra a impossibilidade de cumprir o comando do art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006, que imprime o dever da Administração Pública de reservar cota de até 25% para aqueles objetos que revelem uma natureza divisível, assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. De acordo com o disposto no artigo 87 do Código Civil Brasileiro, “bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam”. Deste modo está justificada a impossibilidade esculpida no inciso II do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

14– DASDEMAIS CONDIÇÕES.

14.1 – O Consaúde e a licitante poderão restabelecer o equilíbrio econômico / financeiro da contratação, nos termos do artigo 65, inciso II, letra “d”, da Lei nº 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo e demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

14.2 – O Consaúde reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

14.3 – O Consaúde reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer equipamento em desacordo com o previsto neste edital ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas.

14.4 - Qualquer tolerância por parte do Consaúde, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela licitante, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o consórcio exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

14.5 - A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o Consaúde e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da licitante designadas para a execução do objeto contratado, sendo a licitante contratada a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das



CONSAÚDE - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço

Sede Administrativa: Rua Visconde Mauá, 594, Cidade Nobre, Ipatinga / MG - CEP 35.162-391

Clínica CONSAÚDE: Rua Passo Fundo, 550, Caravelas, Ipatinga / MG - CEP: 35.164-279

Tel.: (31) 3830-1010 / Tel.: (31)3821-4568– CNPJ: 00.853.908/0001-48

E-mail: compras@consaudevaledoaco.com.br

relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

14.6 - A licitante por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, ao Consaúde seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao Consaúde o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

14.7 - A licitante guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pelo consórcio ou obtidos em razão da execução do objeto contratado, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência do ajuste e mesmo após o seu término.

14.8 - A contratação será formalizada mediante emissão de nota de empenho de despesa e elaboração do contrato nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

Ipatinga – MG 22 de março de 2023.

Domigos Sávio de Castro
Pregoeiro



CONSAÚDE - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço

Sede Administrativa: Rua Visconde Mauá, 594, Cidade Nobre, Ipatinga / MG - CEP 35.162-391

Clínica CONSAÚDE: Rua Passo Fundo, 550, Caravelas, Ipatinga / MG - CEP: 35.164-279

Tel.: (31) 3830-1010 / Tel.: (31)3821-4568– CNPJ: 00.853.908/0001-48

E-mail: compras@consaudevaledoaco.com.br

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO À HABILITAÇÃO

Ao Consórcio Intermunicipal da Microrregião do Vale do Aço – CONSAÚDE,

A/C: Pregoeiro

Referência: Registro de Preços nº 003/2023

Prezado senhor,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, neste ato, por seu representante legal abaixo assinado, em atendimento ao disposto no referido Pregão Presencial, vem perante Vossa Senhoria **DECLARAR** que não existem impedimentos à sua habilitação na presente licitação, ciente de que declaração falsa é crime legalmente previsto no Código Processo Civil Brasileiro.

Local/Data: _____ de _____ de 2023.

Atenciosamente,

Assinatura do Representante Legal

(OBS: Vir junto com a documentação no envelope 02 habilitação)



CONSAÚDE - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço

Sede Administrativa: Rua Visconde Mauá, 594, Cidade Nobre, Ipatinga / MG - CEP 35.162-391

Clínica CONSAÚDE: Rua Passo Fundo, 550, Caravelas, Ipatinga / MG - CEP: 35.164-279

Tel.: (31) 3830-1010 / Tel.: (31)3821-4568– CNPJ: 00.853.908/0001-48

E-mail: compras@consaudevaledoaco.com.br

ANEXO III

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7º, XXXIII
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Ao Consórcio Intermunicipal da Microrregião do Vale do Aço – CONSAÚDE,

A/C: Pregoeiro

Referência: Registro de Preços nº 003/2023

Prezado Senhor,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, neste ato, por seu representante legal abaixo assinado, em atendimento ao disposto no referido Pregão Presencial, em atendimento ao disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, vem perante Vossa Senhoria DECLARAR que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menor de dezesseis anos.

Atenciosamente,

Local/Data _____ de _____ de 2023.

Assinatura do Representante Legal

(OBS: Vir junto com a documentação no envelope 02 habilitação)



CONSAÚDE - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço

Sede Administrativa: Rua Visconde Mauá, 594, Cidade Nobre, Ipatinga / MG - CEP 35.162-391

Clínica CONSAÚDE: Rua Passo Fundo, 550, Caravelas, Ipatinga / MG - CEP: 35.164-279

Tel.: (31) 3830-1010 / Tel.: (31)3821-4568– CNPJ: 00.853.908/0001-48

E-mail: compras@consaudevaledoaco.com.br

ANEXO IV

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Ao Consórcio Intermunicipal da Microrregião do Vale do Aço – CONSAÚDE,

A/C Pregoeiro

Referência: Registro de Preços nº 003/2023

Prezado senhor,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, neste ato representada _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no edital do Registro de Preços nº 003/2023, vem perante Vossa Senhoria credenciar o Sr. _____, CPF _____, como representante qualificado a participar e assinar todos os atos relativos à referida licitação, inclusive com poderes expressos para oferecer lances e apresentar ou desistir da interposição de recursos, nos termos do artigo 109 da Lei Federal Nº 8.666/93.

Local/Data: _____ de _____ de 2023.

Atenciosamente,

Assinatura do Representante Legal

(Reconhecer Firma do representante legal sob pena nulidade do documento ou na forma da Lei 13.726/2018)

(OBS: Vir fora dos envelopes de documentação e proposta)



ANEXO V – PROPOSTA COMERCIAL

Ao Consórcio Intermunicipal da Microrregião do Vale do Aço – CONSAÚDE,

Referência: Registro de Preços nº 003/2023

A/C Pregoeiro

Prezado senhor,

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, neste ato, por seu representante legal abaixo assinado, em atendimento ao disposto no referido Pregão Presencial após análise do referido instrumento convocatório e tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, se propõe a fornecer o objeto demandado nesta licitação, sob sua inteira responsabilidade, conforme planilha de custos abaixo.

Item	Quant	Unid	Descrições dos equipamentos	Valor Unit.	Valor Total
01	4	Unid.	Desentupidor de Pia - Desentupidor de Pia, cabo de madeira ou polietileno, base de borracha, aproximadamente 112mm de diâmetro e 175mm de altura		
02	200	Unid.	COADOR PARA CAFÉ EM FLANELA 100% ALGODÃO, COM ALÇA DE ARAME GALVANIZADO. DIAMETRO DE 20 CM, COMPRIMENTO DE APROXIMADAMENTE 27 CM.		
03	2	CX	Copo descartável para líquido, capacidade 50 m - Copo descartável para líquido, confeccionado em polipropileno atóxico PP, capacidade 50 ml, temperatura máxima de uso 100 C, cor branca leitosa, com bordas arredondadas, lisas e sem imperfeições, reciclável.		
04	4	CX	COPO DESCARTAVEL DE 200 ml EM CAIXAS COM 25 PACOTES CONTENDO 100 UNIDADES CADA. (TOTAL POR CAIXA: 2500 UNIDADES). CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO CRISTAL, COM		

**CONSAÚDE - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço**

Sede Administrativa: Rua Visconde Mauá, 594, Cidade Nobre, Ipatinga / MG - CEP 35.162-391

Clínica CONSAÚDE: Rua Passo Fundo, 550, Caravelas, Ipatinga / MG - CEP: 35.164-279

Tel.: (31) 3830-1010 / Tel.: (31)3821-4568– CNPJ: 00.853.908/0001-48

E-mail: compras@consaudevaledoaco.com.br

			CORPO FRISADO, BORDAS ARREDONDADAS, SEM TELESCOPAMENTO. OBEDECENDO A NORMA DA ABNT N 14.865.		
05	30	PCTE	GUARDANAPO DE PAPEL: Papel Mesa medindo 30 x 30 cm, folha simples, tipo liso, cor branca, alvura superior a 70%, conforme norma ISSO, impureza maxima 15mm2/m2, conforme norma TAPPI T437-OM-90. Pacote com 100 folhas.		
06	120	PCTE	PAPEL TOALHA INTERFOLHA 100% CELULOSE VIRGEM ALTA ABSORCAO,folhas macias,em celulose branco 100% virgem medindo aproximadamente 22,5 x22,5 podendo haver tolerancia para mais ou menos 0,5 cm. Pct c/1000 folhas. Apresentacao: embalagem com 5 pacotes de200 folhas.		
07	100	Unid.	PANO DE PRATO - EM ALGODAO ALVEJADO, ALTA ABSORCAO, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DE PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.		
08	150	Unid.	ESPONJA DUPLA FACE / EMBALAGEM COM 3 UNIDADES		
09	10	Unid.	BALDE DE PLASTICO PRETO 12 L		
10	50	Unid.	SPRAY BOM AR - DESODORIZADOR DE AMBIENTE EM SPRAY, ESSÊNCIAS DIVERSAS, FORMATO CILÍNDRICO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 360ML, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. - SPRAY BOM AR - DESODORIZADOR DE AMBIENTE EM SPRAY, ESSÊNCIAS DIVERSAS, FORMATO CILÍNDRICO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 360ML, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.		

**CONSAÚDE - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço**

Sede Administrativa: Rua Visconde Mauá, 594, Cidade Nobre, Ipatinga / MG - CEP 35.162-391

Clínica CONSAÚDE: Rua Passo Fundo, 550, Caravelas, Ipatinga / MG - CEP: 35.164-279

Tel.: (31) 3830-1010 / Tel.: (31)3821-4568- CNPJ: 00.853.908/0001-48

E-mail: compras@consaudevaledoaco.com.br

11	100	Unid.	DETERGENTE NEUTRO 500ML		
12	10	PCTE	SABAO EM BARRA 200 GR		
13	30	Unid.	FLANELA GRANDE 38X58 100% ALGODÃO		
14	5	Unid.	Sapólio em pó para limpeza com cloro, em embalagem de 300 gr. Similar ou superior à marca Bom bril		
15	100	Unid.	ALCOOL GEL 70 % 500GR		
16	2000	PCTE	SACO DE LIXO Capacidade para 15 Litros pacote com 10 unidades - confeccionado em polietileno, resistente a ruptura e vazamento Tipo Forte , impermeável. -		
17	2000	PCTE	SACO DE LIXO 30 LITROS - SACO PLÁSTICO MEDINDO 59 X 62CM, REFORÇADO COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS ROLO COM 10 UNIDADES		
18	2000	PCTE	SACO DE LIXO DE 50 LITROS, PLÁSTICO EMBALAGEM COM 10 UNID PLÁSTICO - SACO DE LIXO DE 50 LITROS, PLÁSTICO- EMBALAGEM COM 10 UNID PLÁSTICO, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM 03 TRÊS MICRAS DE ESPESSURA POR PAREDE, REFORÇADO SEM SANFONA, NA COR PRETA, MEDINDO 63 X 80CM, EMBALAGEM COM 10 UNIDADES, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO COMO MARCA DO FABRICANTE, DIMENSÕES, QUANTIDADES RESPEITAR AS NORMAS DA ABNT NBR		
19	1000	PCTE	SACO DE LIXO 100 LITROS 75X1,05 PCT C/10 .		
20	50	Unid.	LIMPA CERÂMICA E AZULEJOS 1L		
21	100	Unid.	PANO DE CHÃO SACO DE ALGODÃO CRU		
22	50	LITRO	ÁGUA SANITÁRIA - AQUASO Á BASE DE HIPOCLORIDO DE SÓDIO OU CÁLCIO, ACONDICIONADA EM FRASCO PLÁSTICO CONTENDO 01		

Açucena, Antônio Dias, Belo Oriente, Braúnas, Bugre, Córrego Novo, Dionísio, Ipatinga, Jaguarauçu, Joanésia, Mariéira, Mesquita, Naque, Periquito, Pingo D'Água, Santana do Paraíso, São João do Oriente, Timóteo e Vargem Alegre.

**CONSAÚDE - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço**

Sede Administrativa: Rua Visconde Mauá, 594, Cidade Nobre, Ipatinga / MG - CEP 35.162-391

Clínica CONSAÚDE: Rua Passo Fundo, 550, Caravelas, Ipatinga / MG - CEP: 35.164-279

Tel.: (31) 3830-1010 / Tel.: (31)3821-4568- CNPJ: 00.853.908/0001-48

E-mail: compras@consaudevaledoaco.com.br

			LITRO DE PRODUTO, COM COMPOSIÇÃO CLORO ATIVO DE 2¢ A 2,5¢ PP,COM TAMPA ROSQUEAVEL,1ª LINHA- PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A GLOBO OU TEIÚ.		
23	3	Unid.	SABÃO EM PÓ 1KG		
24	50	Unid.	DESINFETANTE 2 LITROS		
25	30	Unid.	LIMPADOR MULTIUSO, LÍQUIDO PARA USO EM GERAL 500ML		
26	500	PCTE	PAPEL HIGIÊNICO - PRODUTO MACIO,BRANCO PICOTADO,NEUTRO 100% FIBRAS NATURAIS ROLO 60M X 10CM (PACOTE COM 12 ROLOS) COMPOSIÇÃO FIBRAS DE CELULÓSICAS DE 1ª QUALIDADE.		
27	50	PAR	LUVA DE LATEX NATURAL, G		
28	5	PCTE	COLHER DESCARTAVEL C/50		
29	5	Unid.	DESENTUPIDOR VASO SANITÁRIO		

Proponente: _____

CNPJ: _____

Nome do Representante Legal: _____

CPF: _____ ID: _____

Telef.: (____) _____

e-mail: _____

Validade da proposta: Conforme edital

Local/Data: _____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante Legal**(OBS: Vir dentro do envelope 01 proposta comercial)**

Açucena, Antônio Dias, Belo Oriente, Braúnas, Bugre, Córrego Novo, Dionísio, Ipatinga, Jaguarauçu, Joanésia, Mariéira, Mesquita, Naque, Periquito, Pingo D'Água, Santana do Paraíso, São João do Oriente, Timóteo e Vargem Alegre.



ANEXO VI - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2023.

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO AÇO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2023

REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2023

Aos _____ dias do mês de _____ de 2023, o **Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço – CONSAÚDE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede Administrativa na cidade de Ipatinga/MG, situada na Rua Visconde de Mauá, nº 594, Bairro Cidade Nobre, CEP 35162-391, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.853.908/0001-48, neste ato representado pelo senhor Márcio de Lima de Paula, brasileiro, casado, agente político, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** do(s) fornecedor(es)

_____ vencedor(es) do Processo Licitatório nº 012/2023, sob o regime de compras pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS “SRP”**, observadas as disposições contidas nas Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/2002, mediante condições a seguir estabelecidas, que mutuamente aceitam e concordam.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 – A presente ata tem como objeto o Registro de Preços, objetivando futura e eventual aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização básica.

1.2 – A partir desta data, fica registrado, observada a ordem de classificação, os preços do(s) fornecedor(es) _____ nos itens _____ pelo preço global de R\$ _____.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA AGREGAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO.

2.1 – Independente de transcrição, fica fazendo parte desta ata todo o processo licitatório que lhe deu causa.

2.2 – Os preços unitários quando a objeto assim determinar, serão anexados mediante Mapa de Apuração do certame ou planilha de preços atualizada do lance por parte da empresa registrada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXEPECTATIVA DO FORNECIMENTO.

3.1 – O ajuste com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será(ão) formalizado(s) pelo Consaúde, mediante emissão da respectiva Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou Contrato, conforme o caso, observadas as disposições legais.

3.2 – O compromisso de execução só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo(s) Fornecedor(es), da Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou Contrato, decorrente desta Ata de Registro de Preços. O(s) fornecedor(es) registrado(s) fica(m) obrigado(s) a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3.3 – Somente quando a primeira registrada atingir o limite de fornecimento estabelecido na Ata de Registro de Preços é que será indicado o segundo, e assim sucessivamente, podendo ser indicado mais de um ao mesmo tempo, quando o quantitativo do pedido for superior à capacidade da registrada.



3.3.1 – Entretanto, o segundo, terceiros e sucessivos na ordem de classificação, somente poderão fornecer ao consórcio se praticarem no ato da intimação os preços do primeiro colocado, salvo decisão em contrário.

CLÁUSULA QUARTA – DA ASSINATURA DO CONTRATO.

4.1 – A critério exclusivo da administração, poderá ser dispensado a elaboração do Instrumento de Contrato, conforme o caso, no caso de entrega de produtos sem garantia futura, inclusive assistência técnica nos termos do *caput* do art. 62 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.

4.2 - Neste caso, a administração deverá substituí-lo por Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento, Autorização de Compras ou outro instrumento hábil.

CLÁUSULA QUINTA – DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS.

5.1 – O CONSAÚDE adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2 – Competirá à administração do consórcio, por meio de preposto designado, o acompanhamento, controle, fiscalização e execução do eventual fornecimento podendo aceitar ou recusar os que estiverem em desacordo com as regras imposta por esta Ata ou pela legislação.

CLÁUSULA SEXTA – DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS.

6.1 – A qualquer tempo, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Consaúde, através dos órgãos envolvidos, convocar o(s) fornecedor(es) registrado(s) para negociar os novos preços.

6.2 – Caso o(s) fornecedor(es) registrado(s) se recuse a baixar os preços registrados, o Consórcio poderá cancelar o registro ou convocar todos os fornecedores registrados para oferecerem novas propostas, gerando novo julgamento e adjudicação para esse fim.

6.3 – Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados ressalvados a superveniência de normas aplicáveis à espécie.

6.4 – O diferencial de preços entre a proposta inicial do(s) fornecedor(es) detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Consórcio à época da abertura da proposta, bem como, eventuais descontos por ela concedidos, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços (quando for o caso).

CLÁUSULA SÉTIMA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

7.1 - O Consaúde e a licitante poderão restabelecer o equilíbrio econômico / financeiro da contratação, nos termos do artigo 65, inciso II, letra “d”, da Lei nº 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo e demonstração analítica, devidamente fundamentada do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.



7.2 – Os preços registrados poderão ser revistos para manter o equilíbrio econômico-financeiro do compromisso com base na variação trimestral do IPC-A (IBGE). Entretanto, esta variação será calculada apenas depois da assinatura desta ata.

7.3 – Quando não for possível o reequilíbrio do contrato através do índice descrito no item anterior, comprovação de percas será efetuada mediante apresentação de Nota Fiscal de entrada à época da licitação e Nota Fiscal à época do pedido, apurando-se o percentual variado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DOS PREÇOS.

8.1 – O(s) fornecedor(es) registrado(s) terá(ão) seu(s) registro(s) cancelado(s) pela autoridade competente quando:

- a) descumprir as condições estipuladas na Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem inconvenientes para a administração, ou superiores ao praticado no mercado;
- d) houver razões de interesse público.

8.2 – O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa serão formalizados por despacho da autoridade competente.

8.3 – O(s) fornecedor(es) registrado(s) poderá(ão) solicitar o cancelamento de seu(s) registro(s) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados e aceitos pela administração.

CLÁUSULA NONA – DO FORNECIMENTO.

9.1 – O fornecimento se dará de forma eventual e fracionada, sem o compromisso obrigatório entre as partes nos termos do § 4º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2 – A entrega será por conta do(s) fornecedor(es), sem nenhum custo ao Consaúde em até cinco dias úteis a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento no seguinte endereço: Rua Visconde de Mauá, nº 594, Bairro Cidade Nobre, CEP 35162-391. No caso de outro endereço, este deverá estar descrito na Ordem de Fornecimento exaurida.

9.3 - O fornecimento do objeto será imediatamente à emissão da ordem de compras, sendo efetuada na sede da(s) empresa(s) registrada(s).

9.4 - A(s) empresa(s) registrada(s) se obriga a cumprir todas as condições e prazos fixados pelo consórcio, assim como observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto.

9.5 - O Consórcio não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da(s) empresa(s) registrada(s) para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subcontratados, etc.

9.6 - O contrato, ata de registro de preços ou outro documento equivalente, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da licitante com terceiros, sem autorização prévia do Consaúde por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.



9.7 – A compromissária fornecedora concederá garantia integral e incondicional de 01 (um) ano sobre os produtos entregues, contra defeitos de fabricação, incorreções ou outras condições detectadas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO.

10.1 – As faturas serão emitidas em reais.

10.2 - O pagamento será efetuado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço de acordo com a efetiva execução por parte da contratada, em conferência com as suas eventuais solicitações, após o cumprimento das obrigações contábeis e financeiras de praxe, até o dia 20 de cada mês.

10.3 - Como condição de pagamento, a(s) empresa(s) registrada(s) deverá manter-se durante a execução do contrato ou ata de registro de preços todas as condições de habilitação apresentadas no certame.

10.4 - Os pagamentos a(s) empresa(s) registrada(s) somente serão realizados mediante a efetiva entrega dos produtos nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestado de recebimento a ser expedido pela Secretaria Solicitante.

10.5 - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela licitante em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

10.5 - Identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à licitante para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no item 10.2 será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

10.6 - O pagamento devido pelo consórcio será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela licitante ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

10.7 - Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da(s) empresa(s) registrada(s) sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do contrato, ata de registro de preços ou equivalente.

10.8 - Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a licitante dará ao consórcio plena, geral e irrevogável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

11.1 – A presente Ata terá validade de doze meses a contar de sua assinatura, nos termos do inciso III do § 3º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, podendo ser utilizada em todas as Secretarias Municipais e suas dependências, de acordo com suas necessidades, mediante apostilamento para adequação da despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE.

12.1 – Cópia da presente Ata com os mapas de preços finais deverão ser publicados no lugar de costume do CONSAÚDE, como condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.



13.1 – Conforme justificado pelo Departamento de Contabilidade, desnecessário se faz a indicação específica de dotação orçamentária, considerando que não existe o compromisso de despesas, e sim um cadastro de produtos para possíveis aquisições. Entretanto, quando da Emissão da Nota de Empenho, assinatura do Contrato ou qualquer outro documento hábil, contraindo-se a despesa, deverá o ordenador indicar dos créditos orçamentários para suportar as despesas, conforme disposto na Lei Complementar 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000.

13.2 – Caso ocorrer aumento da despesa, ou esta não tiver enquadrada na Lei Orçamentária Anual (LOA), deverá o ordenador se atentar às regras consignadas na Lei Federal nº 4.320/64, bem como às normas contidas nos art. 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

CLÁUSULADÉCIMA QUARTA – DA SUBMISSÃO AOS PRECEITOS LEGAIS.

14.1 – Trata-se de despesa enquadrada em Registro de Preços nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes à luz da lei de licitações.

CLÁUSULADÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES E INEXECUÇÃO.

15.1 – O descumprimento das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da registrada, sujeitando-a as penalidades de advertência, multa de até 30% (trinta por cento) de sua proposta, suspensão no direito de licitar e contratar com o consórcio, bem como à declaração de inidoneidade, conforme previstos na Lei Federal nº 8.666/93, salvo a superveniência comprovada de motivo de força maior desde que aceito pela administração;

15.2 – O atraso injustificado da registrada, para fornecer os produtos requeridos, sujeitá-la-á à multa de mora no valor de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia excedente, sobre o valor global do pedido;

15.3 – Na hipótese da registrada descumprir as obrigações assumidas no todo ou em parte, ficará sujeita ainda, a juízo do consórcio às sanções previstas nos art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93;

CLÁUSULADÉCIMA SEXTA – DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS.

16.1 – A registrada fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários para o devido fornecimento até o limite atualizado de 25% (vinte e cinco por cento), conforme preceitua o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;

CLÁUSULADÉCIMA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO.

17.1 – Fica vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto desta Ata a terceiros, devendo a registrada fornecer os produtos eventualmente solicitados às suas expensas sem nenhum custo ao CONSAÚDE.

CLÁUSULADÉCIMA OITAVA – DA SUBMISSÃO AOS PREÇOS REGISTRADOS.



18.1 – O CONSAÚDE poderá adquirir de outro fornecedor os produtos objeto deste registro, proibida, todavia, qualquer aquisição destes produtos por preços acima do registrado nesse instrumento.

CLÁUSULADÉCIMA NONA – DOS SETORES ADMINISTRATIVOS E CARONA.

19.1 – A critério da administração, independente de solicitação formal, todos os órgãos da prefeitura poderão fazer parte desta ata.

19.2 – Os demais órgãos e entidades administrativas do CONSAÚDE, interessadas em utilizar o presente Registro de Preços como carona deverá efetuar o pedido de adesão a esta ata para análises das partes.

19.3 – Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração, mediante prévia consulta, não podendo exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados.

19.4 – Caberá aos fornecedores beneficiários da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optarem pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

19.5 – O Departamento de Compras do CONSAÚDE será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos, respeitando-se a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS SANÇÕES.

20.1 – Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento assumidos:

a) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso no fornecimento do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação assumida ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor de cada ordem de fornecimento não atendida;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor registrado e juros de 1% (um por cento) ao mês, incididos sobre o valor da multa, no caso de atraso superior à 30 (trinta) dias no fornecimento do objeto ou no cumprimento de obrigação legal, com a possível rescisão contratual;

III. 20% (vinte por cento) sobre o valor do registro, na hipótese da compromissária fornecedora, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento das obrigações, quando o consórcio em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

20.2 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo CONSAÚDE.

20.3 - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

20.4 - A compromissária fornecedora deixando de entregar documento exigido, apresentado documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando no fornecimento, comportando-se



CONSAÚDE - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço

Sede Administrativa: Rua Visconde Mauá, 594, Cidade Nobre, Ipatinga / MG - CEP 35.162-391

Clínica CONSAÚDE: Rua Passo Fundo, 550, Caravelas, Ipatinga / MG - CEP: 35.164-279

Tel.: (31) 3830-1010 / Tel.: (31)3821-4568– CNPJ: 00.853.908/0001-48

E-mail: compras@consaudevaledoaco.com.br

de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o consaúde pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de multas previstas neste documento e demais cominações legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL.

21.1 - O Registro poderá ser rescindido:

a) Por ato unilateral e escrito do CONSAÚDE nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

b) Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

c) Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

22.2 - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO.

22.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Ipatinga – MG, como competente para conhecer e dirimir quaisquer dúvidas ou questões resultantes desta ata, em prejuízo a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou se torne.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, prometendo-se por si ou seus sucessores ao fiel cumprimento do que neste instrumento está pactuado.

Ipatinga – MG _____ de _____ de 2023.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO -
CONSAÚDE
ÓRGÃO GERENCIADOR

EMPRESA REGISTRADA
COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR

1ª Testemunha: _____, ID _____

2ª Testemunha: _____, ID _____



ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO ____/2023.

PROCESSO Nº 012/2023

REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2023.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA
MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO E A EMPRESA

_____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES.

1.1 - O **Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço – CONSAÚDE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede Administrativa na cidade de Ipatinga/MG, situada na Rua Visconde de Mauá, nº 594, Bairro Cidade Nobre, CEP 35162-391, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.853.908/0001-48, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ _____, neste ato representada pelo(a) senhor (a) _____, brasileiro(a), solteiro(a)/casado(a), portador(a) do CPF _____ ID _____, residente e domiciliado, _____ na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, oriundo do Processo Licitatório nº 003/2023, submetendo-se as partes às disposições da Lei Federal n.º 8.666/93, legislação complementar em vigor e ainda mediante cláusulas e condições abaixo estabelecidas, que mutuamente aceitam e outorgam para serem fielmente cumpridas na forma como se segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 – O presente instrumento tem por objetivo aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização básica.

2.2 – É parte integrante e complementar deste contrato, independentemente de transcrição, o procedimento licitatório com toda sua documentação, bem como a Ata de Registro de Preços que lhe deu causa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA.

3.1 – O presente contrato terá sua vigência válida pelo período compreendido entre ____ de ____ de 2023 e terminando em 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO.

4.1 – O fornecimento se dará de forma eventual e fracionada, sem o compromisso obrigatório entre as partes nos termos do § 4º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93.



4.2 – A CONTRATADA se obriga a cumprir todas as condições e prazos fixados pelo consórcio, assim como observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto.

4.3 – O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da licitante para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subcontratados, etc.

4.4 - O presente instrumento de contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação com terceiros, sem autorização prévia do consórcio por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E PAGAMENTO.

5.1 – As faturas serão emitidas em reais.

5.2 - O presente contrato terá o valor global de R\$ _____.

5.3 – O pagamento será efetuado pelo Consaúde de acordo com a efetiva execução por parte da contratada, em conferência com as suas eventuais solicitações, após o cumprimento das obrigações contábeis e financeiras de praxe, até o dia 20 do mês subsequente a entrega e recebimento dos produtos.

5.4 - Como condição de pagamento, a CONTRATADA deverá manter-se durante a execução do contrato ou ata de registro de preços todas as condições de habilitação apresentadas no certame.

5.5 - Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva entrega dos produtos nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestado de recebimento a ser expedido pela Secretaria Solicitante.

5.6 - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

5.7 - Identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à licitante para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no subitem 5.3 será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

5.8 - O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela CONTRATADA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

5.9 - Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da licitante sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do contrato, ata de registro de preços ou equivalente.

5.10 - Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a CONTRATADA dará ao CONSAÚDE plena, geral e irretroatável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.



6.1 – Os recursos orçamentários para o pagamento desta despesa correrá por conta das seguintes dotações:

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES.

7.1 – Este contrato poderá ser alterado com as devidas justificativas unilateralmente pela administração ou por comum acordo entre as partes nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;

7.2 – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar na mesma condição deste, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários para o fornecimento até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) conforme preceitua o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;

CLÁUSULA OITAVA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

8.1 - O CONSAÚDE e a CONTRATADA poderão restabelecer o equilíbrio econômico / financeiro da contratação, nos termos do artigo 65, inciso II, letra “d”, da Lei nº 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo e demonstração analítica devidamente fundamentada do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

8.2 – Os preços registrados poderão ser revistos para manter o equilíbrio econômico-financeiro do compromisso com base na variação trimestral do IPC-A (IBGE). Entretanto, esta variação será calculada apenas depois da assinatura desta ata.

8.3 – Quando não for possível o reequilíbrio do contrato através do índice descrito no item anterior, comprovação de percas será efetuada mediante apresentação de Nota Fiscal de entrada à época da licitação e Nota Fiscal à época do pedido, apurando-se o percentual variado.

CLÁUSULA NONA – DA AGREGAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO.

9.1 – Independente de transcrição, fica fazendo integrante deste contrato, como se nele estivesse transcrito todo o processo licitatório com a respectiva ata de registro de preços que lhe deu causa.

9.2 – A CONTRATADA se compromete a manter junto ao consórcio, todas as condições de habilitação apresentadas, na forma do Inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93;

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

10.1 – O contrato deverá ser fielmente executado pelas partes pactuadas nas hipóteses previstas pelos artigos 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93;

10.2 – A CONTRATADA concederá garantia integral e incondicional de 01 (um) ano sobre os produtos entregues.

10.3 – O Consórcio poderá a qualquer tempo promover análises nos produtos adquiridos, devendo a CONTRATADA favorecer tal análise sob pena de lhe ser aplicada às penalidades previstas pela Lei Federal nº 8.666/93;



10.4 – Após análise, caso seja apontada alguma alteração no produto, este fato será formalmente comunicado à CONTRATADA, que será obrigada a promover os ajustes e recomendações necessárias, dentro de prazo a ser estipulado pelo CONSAÚDE;

10.5 – O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo exigir da CONTRATADA o certificado, emitido pelo órgão técnico competente de qualidade dos produtos adquiridos, quando for o caso;

10.6 – Sobre os preços ora contratados estão contabilizados todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, na forma prevista pelo art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES E INEXECUÇÃO.

11.1 – O descumprimento das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-a as penalidades de advertência, multa de até 50% (cinquenta) por cento do valor global deste instrumento, suspensão no direito de licitar e contratar com o consórcio, bem como à declaração de inidoneidade, conforme previstos na Lei Federal nº 8.666/93, salvo a superveniência comprovada de motivo de força maior desde que aceite pela administração;

11.2 – O atraso injustificado da CONTRATADA, para entregar os produtos ora contratados, sujeitá-la-á à multa de mora no valor de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia excedente, sobre o valor global do contrato;

11.3 – Na hipótese da CONTRATADA descumprir as obrigações assumidas neste contrato, no todo ou em parte, ficará sujeita ainda, a juízo do CONTRATANTE, às sanções previstas nos art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93;

11.4 – A inexecução total ou parcial de uma das cláusulas do contrato poderá ensejar sua rescisão pela administração, com as consequências previstas nos art. 77 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no art. 87 da mesma lei;

11.5 – O atraso injustificado na execução do contrato (art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93) acarretará em penalidades para a CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL.

12.1 – A rescisão contratual poderá ser:

12.1.1 – Determinada por ato unilateral e devidamente fundamentado pela administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

12.1.2 – Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente, desde que haja conveniência para administração;

12.2 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela administração, com as consequências previstas no item 11.4 deste contrato;

12.3 – Constituem motivos para rescisão, o previsto no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

12.4 – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVI do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;



CONSAÚDE - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço

Sede Administrativa: Rua Visconde Mauá, 594, Cidade Nobre, Ipatinga / MG - CEP 35.162-391

Clínica CONSAÚDE: Rua Passo Fundo, 550, Caravelas, Ipatinga / MG - CEP: 35.164-279

Tel.: (31) 3830-1010 / Tel.: (31)3821-4568– CNPJ: 00.853.908/0001-48

E-mail: compras@consaudevaledoaco.com.br

12.5 – A rescisão contratual pelos motivos previstos no inciso I do art. 78 acarretará todas as consequências previstas no art. 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULADÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE.

13.1 – Extrato do presente instrumento deverá ser publicado no lugar de costume do Consaúde, como condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO.

14.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Ipatinga – MG, como competente para conhecer e dirimir quaisquer dúvidas ou questões resultantes deste contrato, em prejuízo a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou se torne.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, prometendo-se por si ou seus sucessores ao fiel cumprimento do que neste instrumento está pactuado.

Ipatinga – MG _____ de _____ de 2023.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO -
CONSAÚDE
ÓRGÃO GERENCIADOR

CONTRATADA

1ª Testemunha: _____, ID _____

2ª Testemunha: _____, ID _____



CONSAÚDE - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço

Sede Administrativa: Rua Visconde Mauá, 594, Cidade Nobre, Ipatinga / MG - CEP 35.162-391

Clínica CONSAÚDE: Rua Passo Fundo, 550, Caravelas, Ipatinga / MG - CEP: 35.164-279

Tel.: (31) 3830-1010 / Tel.: (31)3821-4568– CNPJ: 00.853.908/0001-48

E-mail: compras@consaudevaledoaco.com.br

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO À HABILITAÇÃO

Ao Consórcio Intermunicipal da Microrregião do Vale do Aço – CONSAÚDE,

Referência: Registro de Preços nº 003/2023

Prezado senhor,

A empresa _____,
devidamente inscrita no CNPJ n.º _____, neste ato, por
seu representante legal abaixo assinado, em atendimento ao disposto no referido
Pregão Presencial, declara, nos termos do artigo 4º, inciso VII da Lei Federal n.º
10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no pregão
supramencionado, ciente de que declaração falsa é crime legalmente previsto no Código
de Processo Civil Brasileiro.

Local/Data: _____ de _____ de
2022.

Atenciosamente,

Assinatura do Representante Legal

(OBS: Vir fora dos envelopes junto com carta de credenciamento ou equivalente)



CONSAÚDE - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço

Sede Administrativa: Rua Visconde Mauá, 594, Cidade Nobre, Ipatinga / MG - CEP 35.162-391

Clínica CONSAÚDE: Rua Passo Fundo, 550, Caravelas, Ipatinga / MG - CEP: 35.164-279

Tel.: (31) 3830-1010 / Tel.: (31)3821-4568– CNPJ: 00.853.908/0001-48

E-mail: compras@consaudevaledoaco.com.br

**ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Ao Consórcio Intermunicipal da Microrregião do Vale do Aço – CONSAÚDE,

Referência: Registro de Preços nº 003/2023

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto na legislação vigente, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data é considerada:

Microempresa Individual;

MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, estando portando, apta a gozar dos benefícios legais vigentes.

Local e Data, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da Licitante

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante.

(OBS: Vir fora dos envelopes junto com os documentos de credenciamento)



CONSAÚDE - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço

Sede Administrativa: Rua Visconde Mauá, 594, Cidade Nobre, Ipatinga / MG - CEP 35.162-391

Clínica CONSAÚDE: Rua Passo Fundo, 550, Caravelas, Ipatinga / MG - CEP: 35.164-279

Tel.: (31) 3830-1010 / Tel.: (31)3821-4568– CNPJ: 00.853.908/0001-48

E-mail: compras@consaudevaleoaco.com.br

ANEXO X – ESTIMATIVO UNITÁRIO, GLOBAL E QUANTITATIVO DO CERTAME.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2023

REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2023



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA
MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
00.853.908/0001-48

PESQUISA DE PREÇOS
REFERÊNCIA: MATERIAL DE LIMPEZA 4/2023



Pesquisa realizada no período: 10/02/2023 10:45:15 à 10/02/2023 12:15:37

ITEM 1 - DESENTUPIDOR DE PIA

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
Desentupidor de Pia - Desentupidor de Pia, cabo de madeira ou polietileno, base de borracha, aproximadamente 112mm de diâmetro e 175mm de altura	Unidade	4	R\$ 9,11	9/2022	JOSÉ ARIMATÉIA DE SÁ CPF/CNPJ: 42.906.388/0001-34	56-2022	MUNICÍPIO DE BIAS FORTES	BIAS FORTES
Desentupidor de Pia - Desentupidor de Pia, cabo de madeira ou polietileno, base de borracha, aproximadamente 112mm de diâmetro e 175mm de altura	Unidade	4	R\$ 14,00	7/2022	COPMAYS DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA. CPF/CNPJ: 08.300.595/0001-02	62-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA	BARRA LONGA
DESENTUPIDOR DE PIA	UNIDADE	4	R\$ 11,80	6/2022	MINAS VALE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI - EPP CPF/CNPJ: 28.088.733/0001-49	72-2022	PREFEITURA MUNICIPAL	TARUMIRIM
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 11,64							VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 46,56	

ITEM 2 - COADOR PARA CAFE

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
COADOR PARA CAFÉ COADOR PARA CAFÉ, tamanho grande, em filtro de pano.	UN	200	R\$ 11,50	9/2022	WILLIAM SANTIAGO SILVA 13278938607 CPF/CNPJ: 29.568.321/0001-79	9422-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MINAS	SANTA CRUZ DE MINAS
COADOR PARA CAFE EM FLANELA 100% ALGODÃO, COM ALÇA DE ARAME GALVANIZADO. DIÂMETRO DE 20 CM, COMPRIMENTO DE APROXIMADAMENTE 27 CM.	UN	200	R\$ 9,83	7/2022	HALLEY ALAN CABRAL DE ANDRADE - EPP CPF/CNPJ: 01.255.291/0001-21	88-2022	MUNICÍPIO DE ELOI MENDES PREFEITURA	ELÓI MENDES
Coador para cafe, flanelado, com cabo de arame galvanizado. Capacidade de 4 litros.	UN	200	R\$ 10,00	4/2022	ORLA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EIRELI CPF/CNPJ: 04.013.164/0001-04	78-2022	MUNICÍPIO DE CAMBUQUIRA	CAMBUQUIRA
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 10,44							VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 2.088,00	

ITEM 3 - COPO DESCARTÁVEL 50 ML

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
COPO DESCARTÁVEL, POLIPROPILENO, 50ML, COR BRANCA. CX COM 5000 UNIDADES_	CX	2	R\$ 134,50	12/2022	J L CANDEIA PRODUTOS HOSPITALARES E LIMPEZA LTDA CPF/CNPJ: 18.467.630/0001-36	129-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDINA	MEDINA
COPO DESCARTAVEL 50ML (46819)	CAIXA - [CX] (17)	2	R\$ 202,98	10/2022	OXI QUIMICA LTDA - EPP CPF/CNPJ: 65.271.868/0001-71	234-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PONTAS	TRÊS PONTAS
Copo descartável para líquido, capacidade 50 ml - Copo descartável para líquido, confeccionado em polipropileno atóxico PP, capacidade 50 ml, temperatura máxima de uso 100 C, cor branca leitosa, com bordas arredondadas, lisas e sem imperfeições, re	CX 2500 UN	2	R\$ 150,00	4/2022	RAIRA MARIA RAMOS 10520839609 CPF/CNPJ: 27.270.761/0001-10	20-2022	PODER EXECUTIVO	SANTA RITA DE IBITIPOCA

VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 162,49

VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 324,98

ITEM 4 - COPO DESCARTÁVEL 200 ML

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
COPO DESCARTÁVEL, POLIPROPILENO, 200ML, COR BRANCA.	CX	4	R\$ 106,80	12/2022	NUTRILAR EXPRESS LTDA CPF/CNPJ: 46.653.513/0001-00	129-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDINA	MEDINA
COPO DESCARTAVEL DE 200ML]	CAIXA	4	R\$ 119,00	10/2022	MW NEGOCIOS LTDA CPF/CNPJ: 45.862.764/0001-24	164-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO JEQUITIBA	ALTO JEQUITIBÁ
COPO DESCARTAVEL DE 200 ml EM CAIXAS COM 25 PACOTES CONTENDO 100 UNIDADES CADA. (TOTAL POR CAIXA: 2500 UNIDADES). CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO CRISTAL, COM CORPO FRISADO, BORDAS ARREDONDADAS, SEM TELESCOPAMENTO. OBEDECENDO A NORMA DA ABNT N 14.865.	CAIXA	4	R\$ 105,99	9/2022	COMERCIAL RONEWTON LTDA CPF/CNPJ: 38.484.523/0001-23	218-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI	ARAGUARI
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 110,60						VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 442,40		

ITEM 5 - GUARDANAPO

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
Guardanapo de papel Guardanapo de papel branco, composto de 100 de fibras celulósicas. Tamanho: 30x31cm. Pacote com 50 unidades	PACOTE	30	R\$ 3,37	11/2022	LIMPANDO HIGIENE E LIMPEZA EIRELI CPF/CNPJ: 30.804.420/0001-91	105-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARICANDUVA	ARICANDUVA
GUARDANAPO DE PAPEL C/100	PACOTE	30	R\$ 3,59	11/2022	SOLUCOES FARMA DIST.IMPOR.MEDICAMENTOS PROD.SAUDE CPF/CNPJ: 46.555.501/0001-35	119-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINGO	PINGO-D'ÁGUA
GUARDANAPO DE PAPEL: Papel Mesa medindo 30 x 30 cm, folha simples, tipo liso, cor branca, alvura superior a 70%, conforme norma ISSO, impureza maxima 15mm2/m2, conforme norma TAPPI T437-OM-90. Pacote com 100 folhas.	POTE	30	R\$ 4,90	11/2022	JOILSON NUNES DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 21.295.140/0001-04	123-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA DO OESTE	LIMEIRA DO OESTE
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 3,95						VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 118,50		

ITEM 6 - PAPEL TOALHA 110% CELULOSE BRANQUÍSSIMO

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
PAPEL TOALHA FARDO COM 1.000 UNIDADES Toalha de papel interfoliado, material:100% celulose virgem, tipo folha:2 dobras, comprimento:20 cm, largura:21 cm, cor: branca .	UND	120	R\$ 11,80	11/2022	FAST CLEAN DISTRIBUIDORA LTDA CPF/CNPJ: 43.782.859/0001-02	81-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME DO PRADO	LEME DO PRADO
PAPEL TOALHA INTERFOLHA, 02 (DUAS) DOBRAS, 100% CELULOSE VIRGEM, ALTA ABSORÇÃO, GOFRADO, COR BRANCO	PACOTE	120	R\$ 13,35	9/2022	MEGALIMP HIGIENE E LIMPEZA LTDAME CPF/CNPJ: 06.986.492/0001-12	10000000158-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO	JOÃO PINHEIRO
PAPEL TOALHA INTERFOLHA - com 2 dobras medindo aproximadamente 20x21 cm. 100 celulose virgem extra. Pacote c/ 1.000 unidades. -	PCT	120	R\$ 16,19	9/2022	CASA LUNA LIMITADA CPF/CNPJ: 66.325.739/0001-81	94-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCES	MERCÊS

PAPEL TOALHA INTERFOLHA 100% CELULOSE VIRGEM ALTA ABSORCAO,folhas macias,em celULOse branco 100% virgem medindo aproximadamente 22,5 x22,5 podendo haver tolerancia para mais ou menos 0,5 cm. Pct c/1000 folhas. Apresentacao: embalagem com 5 pacotes de200 folhas.	PACOTE	120	R\$ 16,50	8/2022	ALFALAGOS LTDA. CPF/CNPJ: 05.194.502/0001-14	185-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPE	GUAXUPÉ
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 14,46						VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 1.735,20		

ITEM 7 - PANO DE PRATO

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
PANO DE PRATO - EM ALGODAO ALVEJADO, ALTA ABSORCAO, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DE PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	UNIDADE	100	R\$ 4,30	11/2022	LM COMERCIO LTDA - ME CPF/CNPJ: 05.788.495/0001-89	198-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA VITÓRIA	SANTA VITÓRIA
PANO DE PRATO 100% ALGODAO TAMANHO 46 CM X 62 CM	UND	100	R\$ 6,50	10/2022	CELINA APARECIDA FERNANDES ARAUJO ME CPF/CNPJ: 13.749.564/0001-73	145-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA	CAPELINHA
PANO DE PRATO ALVEJADO PANO DE PRATO ALVEJADO 30 x 50 liso, de primeira qualidade, com bordas em acabamento de overloque.	UN	100	R\$ 5,30	9/2022	BRUNO DOS SANTOS SILVA 11850536627 CPF/CNPJ: 41.580.011/0001-75	9422-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MINAS	SANTA CRUZ DE MINAS
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 5,37						VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 537,00		

ITEM 8 - ESPONJA DUPLA FACE

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
ESPONJA DUPLA FACE	UNIDADE	150	R\$ 1,40	9/2022	RONALDO TEIXEIRA DE JESUS. CPF/CNPJ: 04.354.360/0001-42	72-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DE CARATINGA	PIEADADE DE CARATINGA
Esponja Duas Faces	Unidade	150	R\$ 1,35	9/2022	ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA CPF/CNPJ: 31.486.195/0001-55	83-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATERLÂNDIA	MATERLÂNDIA
ESPONJA DUPLA FACE / EMBALAGEM COM 3 UNIDADES (220075015923048)	UN	150	R\$ 1,69	8/2022	PAULO SERGIO MIRANDA SILVA ME CPF/CNPJ: 13.724.896/0001-01	75-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO DIAS	ANTÔNIO DIAS
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 1,48						VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 222,00		

ITEM 9 - BALDE DE PLÁSTICO 12 L

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
Balde de plástico para concreto 12-Lts	Unidade	10	R\$ 17,00	11/2022	RODRIGO BRITO SOBREIRAEP CPF/CNPJ: 40.950.678/0001-50	20000000143-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS	AIMORÉS
BALDE DE PLASTICO PRETO	UNIDADE	10	R\$ 10,00	7/2022	TSB COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA CPF/CNPJ: 27.989.934/0001-54	41-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE FOLHAS	ENTRE FOLHAS
BALDE DE PLÁSTICO 12L (220040000086029)	UN	10	R\$ 12,85	5/2022	COMERCIAL E & M OLIVEIRA LTDA - ME CPF/CNPJ: 17.190.111/0001-00	40-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES PIMENTEL	MENDES PIMENTEL
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 13,28						VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 132,80		

ITEM 10 - BOM AR

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
SPRAY BOM AR - DESODORIZADOR DE AMBIENTE EM SPRAY, ESSÊNCIAS DIVERSAS, FORMATO CILÍNDRICO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 360ML, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. - SPRAY BOM AR - DESODORIZADOR DE AMBIENTE EM SPRAY, ESSÊNCIAS DIVERSAS, FORMATO CILÍNDRICO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 360ML, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UNID	50	R\$ 17,45	8/2022	AMANDA SERAFIM MATTOS DA SILVA EIRELI ME CPF/CNPJ: 09.147.535/0001-64	117-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA	SIMÃO PEREIRA
PURIFICADOR DE AR ESSENCIA DE LAVANDA TIPO BOM AR FRASCO COM 360ML UNIDADEPURIFICADOR DE AR ESSENCIA DE LAVANDA TIPO BOM AR FRASCO COM 360ML UNIDADE 275271	UNIDADE	50	R\$ 13,75	6/2022	ELIVANIO OLIVEIRA FREITAS CPF/CNPJ: 01.417.307/0001-55	44-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAI	UBAÍ
ODORIZADOR DE AMBIENT AEROSSOL EM SPRAY, 360ML, SEM CFC. PRAZO DE VALIDADE MINIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. MARCA DE REFERENCIA: BOM AR OU GLADE, SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE.	UNIDADE	50	R\$ 14,90	3/2022	FILIFE ARAUJO PINTO LTDA ME CPF/CNPJ: 13.582.905/0001-69	21-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS	UNIÃO DE MINAS
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 15,37						VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 768,50		

ITEM 11 - DETERGENTE LÍQUIDO 500 ML

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
DETERGENTE LIQUIDO 500ML	UNIDADE	100	R\$ 3,40	9/2022	RONALDO TEIXEIRA DE JESUS. CPF/CNPJ: 04.354.360/0001-42	72-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DE CARATINGA	PIEADADE DE CARATINGA
DETERGENTE NEUTRO 500ML...	FRASCO	100	R\$ 2,98	9/2022	3 S COMERCIAL LTDA CPF/CNPJ: 39.596.414/0001-60	131-2022	PREFEITURA MUNICIPAL	INHAPIM
DETERGENTE LIQUIDO EMBAL. 500	UNIDADE	100	R\$ 3,00	8/2022	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO EIRELI CPF/CNPJ: 08.504.258/0001-37	60-2022	PREFEITURA DE AÇUCENA	AÇUCENA
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 3,13						VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 313,00		

ITEM 12 - SABÃO EM BARRA 200 G

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
SABAO EM BARRA	PACOTE	10	R\$ 12,00	9/2022	RONALDO TEIXEIRA DE JESUS. CPF/CNPJ: 04.354.360/0001-42	72-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DE CARATINGA	PIEADADE DE CARATINGA
SABAO EM BARRA 200 GR.	UNIDADE	10	R\$ 14,70	8/2022	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO EIRELI CPF/CNPJ: 08.504.258/0001-37	60-2022	PREFEITURA DE AÇUCENA	AÇUCENA
SABAO EM BARRA GLICERINADO PCT	PACOTE	10	R\$ 13,76	7/2022	EDNALDO DA COSTA RODRIGUES CPF/CNPJ: 08.640.987/0001-10	240-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE	BUGRE
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 13,49						VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 134,90		

ITEM 13 - FLANELA 100% ALGODÃO

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
FLANELA GRANDE 38X58 100%.	UNIDADE	30	R\$ 3,85	10/2022	UNIVERSITARIA PAPELARIA LTDA CPF/CNPJ: 09.156.622/0001-88	80-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO GALHO	BOM JESUS DO GALHO
FLANELA GRANDE 38X58 100%...	UNIDADE	30	R\$ 3,85	9/2022	UNIVERSITARIA PAPELARIA EIRELI CPF/CNPJ: 09.156.622/0001-88	131-2022	PREFEITURA MUNICIPAL	INHAPIM
FLANELA	UNIDADE	30	R\$ 3,80	8/2022	MINAS VALE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI EPP CPF/CNPJ: 28.088.733/0001-49	60-2022	PREFEITURA DE AÇUCENA	AÇUCENA
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 3,83						VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 114,90		

ITEM 14 - SAPOLIO

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
SAPOLIO EM PO	UNIDADE	5	R\$ 6,30	8/2022	MINAS VALE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI EPP CPF/CNPJ: 28.088.733/0001-49	79-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO NOVO	CÓRREGO NOVO
Saponáceo, Sapólio em pó com aroma de limão em tubos com no mínimo 300 gramas.	Frasco 300 Gramas	5	R\$ 7,80	5/2022	ANDREIA DE MORAIS ARAUJO FALCAO-MERCEARIA FALCAO CPF/CNPJ: 13.361.400/0001-74	51-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUETA	ITUETA
Sapólio em pó para limpeza com cloro, em embalagem de 300 gr. Similar ou superior à marca Bom bril -	Unidade	5	R\$ 8,70	4/2022	EVERALDO FERNANDES PALMA EIRELI CPF/CNPJ: 04.942.632/0001-25	43-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGÍNIA	VIRGÍNIA
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 7,60						VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 38,00		

ITEM 15 - ALCOOL 70%

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
ALCOOL GEL 70 % 500GR	FRASCO	100	R\$ 5,70	11/2022	WERLI E VASCONCELOS LTDA CPF/CNPJ: 12.641.724/0001-01	57-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE FOLHAS	ENTRE FOLHAS
ALCOOL EM GEL 500ML	UNIDADE	100	R\$ 7,06	9/2022	MINAS VALE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI CPF/CNPJ: 28.088.733/0001-49	56-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAÇU	JAGUARAÇU
ALCOOL EM GEL 500ML	UNIDADE	100	R\$ 6,21	9/2022	VINICIUS GONCALVES LIMA 12263266682 CPF/CNPJ: 28.159.265/0001-56	3-2022	CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ANTA	SÃO SEBASTIÃO DO ANTA
ALCOOL GEL 70 % 500 G	FRASCO	100	R\$ 9,80	8/2022	MAT MED MATERIAIS HOSPITALARES LTDA CPF/CNPJ: 22.445.814/0001-72	94-2022	PREFEITURA DE UBAPORANGA	UBAPORANGA
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 7,19						VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 719,00		

ITEM 16 - SACO DE LIXO 15 L

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
SACO DE LIXO - 15 L	Pacote	2000	R\$ 2,08	11/2022	EMIRALDO ALVES DINIZ CPF/CNPJ: 09.568.241/0001-06	20000000134-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORES	AIMORÉS

SACO DE LIXO Capacidade para 15 Litros pacote com 10 unidades - confeccionado em polietileno, resistente a ruptura e vazamento Tipo Forte , impermeável. -	PCT	2000	R\$ 3,75	9/2022	DISTRIBUIDORA TRES IRMAOS LTDA CPF/CNPJ: 40.566.345/0001-21	94-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCES	MERCÊS
SACO DE LIXO 15 LT SACO DE LIXO 15 LT	PACOTE	2000	R\$ 4,18	8/2022	JOSE RAIMUNDO LAGO BOTELHO CPF/CNPJ: 02.403.537/0001-28	65-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS	JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 3,34						VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 6.680,00		

ITEM 17 - SACO DE LIXO 30 L

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
SACO DE LIXO 30 LITROS - SACO PLÁSTICO MEDINDO 59 X 62CM, REFORÇADO COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS ROLO COM 10 UNIDADES	RL	2000	R\$ 6,30	9/2022	FAST CLEAN DISTRIBUIDORA LTDA CPF/CNPJ: 43.782.859/0001-02	108-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA	ASTOLFO DUTRA
SACO DE LIXO 30 LTS - cor preta, resistente. Normatização das NBR EABNT.	Pacote	2000	R\$ 7,80	9/2022	PLENITUDE DISTRIBUIDORA SUL FLUMINENSE LTDA CPF/CNPJ: 32.539.323/0001-44	10422-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS DE MINAS	MADRE DE DEUS DE MINAS
SACO DE LIXO Capacidade para 30 Litros pacote com 10 unidades - confeccionado em polietileno, resistente a ruptura e vazamento Tipo Forte , impermeável. -	PCT	2000	R\$ 7,15	9/2022	DISTRIBUIDORA TRES IRMAOS LTDA CPF/CNPJ: 40.566.345/0001-21	94-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCES	MERCÊS
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 7,08						VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 14.160,00		

ITEM 18 - SACO DE LIXO 50 L

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
Saco de Lixo, 50 litros	Pacote 10 Unidades	2000	R\$ 9,05	8/2022	FAST CLEAN DISTRIBUIDORA LTDA CPF/CNPJ: 43.782.859/0001-02	46-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM SILVÉRIO	DOM SILVÉRIO
SACO DE LIXO DE 50 LITROS, PLÁSTICO- EMBALAGEM COM 10 UNID PLÁSTICO - SACO DE LIXO DE 50 LITROS, PLÁSTICO- EMBALAGEM COM 10 UNID PLÁSTICO, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM 03 TRÊS MICRAS DE ESPESSURA POR PAREDE, REFORÇADO SEM SANFONA, NA COR PRETA, MEDINDO 63 X 80CM, EMBALAGEM COM 10 UNIDADES, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO COMO MARCA DO FABRICANTE, DIMENSÕES, QUANTIDADES RESPEITAR AS NORMAS DA ABNT NBR	PCT	2000	R\$ 8,45	8/2022	MAGALHAES INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI CPF/CNPJ: 17.403.267/0001-22	117-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA	SIMÃO PEREIRA
SACO DE LIXO 50LT COR PRETA	UNIDADE	2000	R\$ 7,45	8/2022	WTRADE INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA CPF/CNPJ: 21.856.981/0001-43	60-2022	PREFEITURA DE AÇUCENA	AÇUCENA
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 8,32						VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 16.640,00		

ITEM 19 - SACO DE LIXO 100 L

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
Saco de lixo 100l c/ 10un. -	Rolo	1000	R\$ 15,39	8/2022	AMANDA SERAFIM MATTOS DA SILVA EIRELI ME CPF/CNPJ: 09.147.535/0001-64	104-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE	VOLTA GRANDE

Saco de Lixo, 100 litros	Pacote 10 Unidades	1000	R\$ 17,65	8/2022	FAST CLEAN DISTRIBUIDORA LTDA CPF/CNPJ: 43.782.859/0001-02	46-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM SILVÉRIO	DOM SILVÉRIO
SACO DE LIXO 100 LITROS 75X1,05 PCT C/10 -	UNID.	1000	R\$ 13,10	8/2022	LUVIFLA MERCEARIA LTDA CPF/CNPJ: 71.017.289/0001-08	138-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CORTES	SENADOR CORTES
SACO DE LIXO 100LT C5UN PRIN	PACOTE	1000	R\$ 7,65	8/2022	MINAS VALE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI EPP CPF/CNPJ: 28.088.733/0001-49	60-2022	PREFEITURA DE AÇUCENA	AÇUCENA
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 13,45						VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 13.450,00		

ITEM 20 - LIMPA CERÂMICA E AZULEIJO

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
LIMPA CERAMICAS E AZULEJOS	UNIDADE	50	R\$ 10,50	8/2022	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO EIRELI CPF/CNPJ: 08.504.258/0001-37	60-2022	PREFEITURA DE AÇUCENA	AÇUCENA
LIMPA CERÂMICA E AZULEJOS 1L	UNIDADE	50	R\$ 12,98	8/2022	Marlene Rosa Dias- ME CPF/CNPJ: 86.647.781/0001-26	10000000090-2022	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	CUPARAQUE
LIMPA CERAMICA 1 L PRODUTO	FRASCO	50	R\$ 8,00	8/2022	3S COMERCIAL LTDA CPF/CNPJ: 39.596.414/0001-60	48-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ANTA	SÃO SEBASTIÃO DO ANTA
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 10,49						VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 524,50		

ITEM 21 - SACO CRU 1° LINHA

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
PANO DE CHÃO SACO DE ALGODÃO CRU	UNIDADE	100	R\$ 3,48	11/2022	EMIRALDO ALVES DINIZ CPF/CNPJ: 09.568.241/0001-06	20000000134-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS	AIMORÉS
SACO CRU T.GRANDE (220075007319107)	UN	100	R\$ 2,64	8/2022	COMERCIAL VENER LTDA - EPP CPF/CNPJ: 65.353.401/0001-70	75-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO DIAS	ANTÔNIO DIAS
SACO CRU 1 LINHA 50X75CM	UNIDADE	100	R\$ 3,40	8/2022	MINAS VALE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTUS EIRELI EPP CPF/CNPJ: 28.088.733/0001-49	79-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO NOVO	CÓRREGO NOVO
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 3,17						VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 317,00		

ITEM 22 - AGUA

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
AGUA SANITARIA 1000 ML	UNIDADE	50	R\$ 2,47	9/2022	MINAS VALE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI CPF/CNPJ: 28.088.733/0001-49	56-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAÇU	JAGUARAÇU
AGUA SANITARIA 1 LITRO....	LITRO	50	R\$ 2,70	9/2022	3 S COMERCIAL LTDA CPF/CNPJ: 39.596.414/0001-60	131-2022	PREFEITURA MUNICIPAL	INHAPIM

ÁGUA SANITÁRIA - AQUASO Á BASE DE HIPOCLORIDO DE SÓDIO OU CÁLCIO, ACONDICIONADA EM FRASCO PLÁSTICO CONTENDO 01 LITRO DE PRODUTO, COM COMPOSIÇÃO CLORO ATIVO DE 2¢ A 2,5¢ PP, COM TAMPA ROSQUEAVEL, 1ª LINHA- PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A GLOBO OU TEIÚ.	UNIDADE	50	R\$ 3,12	8/2022	DISTRIMINAS CPF/CNPJ: 33.256.335/0001-24	20000000113-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN	JOSÉ RAYDAN
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 2,76							VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 138,00	

ITEM 23 - SABÃO EM PÓ

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
SABÃO EM PÓ (220075015933105)	KG	3	R\$ 13,30	8/2022	WTRADE INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA - ME CPF/CNPJ: 21.856.981/0001-43	75-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO DIAS	ANTÔNIO DIAS
SABÃO EM PÓ 1KG*	UNIDADE	3	R\$ 11,98	8/2022	Marlene Rosa Dias- ME CPF/CNPJ: 86.647.781/0001-26	10000000090-2022	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	CUPARAQUE
SABAO EM PO (CX 01 KG)	UNIDADE	3	R\$ 16,40	8/2022	WA RIBEIRO CPF/CNPJ: 10.896.566/0001-05	60-2022	PREFEITURA DE AÇUCENA	AÇUCENA
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 13,89							VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 41,67	

ITEM 24 - DESINFETANTE

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
DESINFETANTE EM GEL 2LTR...	UNIDADE	50	R\$ 10,85	9/2022	3 S COMERCIAL LTDA CPF/CNPJ: 39.596.414/0001-60	131-2022	PREFEITURA MUNICIPAL	INHAPIM
DESINFETANTE PARA LIMPEZA PERFUMADA EUCALIPTO	UNIDADE	50	R\$ 10,99	8/2022	LIMPANDO HIGIENE E LIMPEZA EIRELI CPF/CNPJ: 30.804.420/0001-91	20000000042-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA EFIGÊNIA DE MINAS	SANTA EFIGÊNIA DE MINAS
DESINFETANTE 2 LITROS	UNIDADE	50	R\$ 11,50	8/2022	MINAS VALE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI EPP CPF/CNPJ: 28.088.733/0001-49	60-2022	PREFEITURA DE AÇUCENA	AÇUCENA
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 11,11							VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 555,50	

ITEM 25 - LIMPADOR MULTIUSO

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
LIMPADOR MULTIUSO	UNIDADE	30	R\$ 2,91	9/2022	MINAS VALE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI CPF/CNPJ: 28.088.733/0001-49	56-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAÇU	JAGUARAÇU
LIMPADOR MULTIUSO .	UNIDADE	30	R\$ 4,90	8/2022	OLIVEIRA FOODS ATACAREJO EIRELI CPF/CNPJ: 08.504.258/0001-37	60-2022	PREFEITURA DE AÇUCENA	AÇUCENA
LIMPADOR MULTIUSO, LÍQUIDO PARA USO EM GERAL 500ML	CAIXA	30	R\$ 6,99	8/2022	Marlene Rosa Dias- ME CPF/CNPJ: 86.647.781/0001-26	10000000090-2022	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	CUPARAQUE
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 4,93							VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 147,90	

ITEM 26 - PAPEL HIGIENICOMACIO, BRANCO, NEUTRO

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
PAPEL HIGIENICO BRANCO.	PACOTE	500	R\$ 13,00	10/2022	DELTA DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA CPF/CNPJ: 45.853.627/0001-23	80-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO GALHO	BOM JESUS DO GALHO
PAPEL HIGIÊNICO - PRODUTO MACIO, BRANCO PICOTADO, NEUTRO 100% FIBRAS NATURAIS ROLO 60M X 10CM (PACOTE COM 12 ROLOS) COMPOSIÇÃO FIBRAS DE CELULÓSICAS DE 1ª QUALIDADE.	PACOTE	500	R\$ 16,69	8/2022	SUPERMERCADO GARCIA CERTO DA ECON. LTDA CPF/CNPJ: 19.297.514/0001-89	20000000113-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN	JOSÉ RAYDAN
PAPEL HIGIENICO BRANCO 30MXX10	PACOTE	500	R\$ 21,90	8/2022	VAGNE DE FREITAS CAMPOS ME CPF/CNPJ: 17.996.510/0001-63	48-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ANTA	SÃO SEBASTIÃO DO ANTA
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 17,20						VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 8.600,00		

ITEM 27 - LUVA PARA LIMPEZA

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
LUVA LATEX TAMANHO G	PAR	50	R\$ 4,37	9/2022	MINAS VALE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI CPF/CNPJ: 28.088.733/0001-49	56-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAÇU	JAGUARAÇU
LUVA DE LATEX NATURAL, G	PAR	50	R\$ 4,79	8/2022	MINAS VALE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELIEPP CPF/CNPJ: 28.088.733/0001-49	20000000042-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA EFIGÊNIA DE MINAS	SANTA EFIGÊNIA DE MINAS
LUVA LIMPEZA PESADA TAMANHO	UNIDADE	50	R\$ 5,00	8/2022	UNIVERSITARIA FESTAS MIX LTDA CPF/CNPJ: 38.310.761/0001-12	79-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO NOVO	CÓRREGO NOVO
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 4,72						VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 236,00		

ITEM 28 - COLHER DESCARTÁVEL

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
COLHER DESCARTAVEL.	PACOTE	5	R\$ 5,00	10/2022	UNIVERSITARIA PAPELARIA LTDA CPF/CNPJ: 09.156.622/0001-88	80-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO GALHO	BOM JESUS DO GALHO
COLHER DESCARTAVEL C/50	UNIDADE	5	R\$ 5,80	9/2022	WA RIBEIRO CPF/CNPJ: 10.896.566/0001-05	77-2022	PREFEITURA DE AÇUCENA	AÇUCENA
COLHER DESCARTAVEL C/50	PACOTE	5	R\$ 6,00	8/2022	VAGNE DE FREITAS CAMPOS ME CPF/CNPJ: 17.996.510/0001-63	48-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ANTA	SÃO SEBASTIÃO DO ANTA
VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 5,60						VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 28,00		

ITEM 29 - DESENTUPIDOR DE SANITÁRIO

Produto	Unidade Medida	Quantidade	Vlr Unitário	Homologação	Fornecedor	Processo	Entidade	Município
DESENTUPIDOR VASO SANITÁRIO	UNIDADE	5	R\$ 5,44	11/2022	EMIRALDO ALVES DINIZ CPF/CNPJ: 09.568.241/0001-06	20000000134-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS	AIMORÉS
DESENTUPIDOR DE VASO SANITARIO DESENTUPIDOR DE VASO SANITARIO	UNIDADE	5	R\$ 11,30	9/2022	ULTRA BONI LTDA CPF/CNPJ: 13.249.746/0001-85	11-2022	CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA	VIÇOSA
DESENTUPIDOR P/VASO SANITARIO.	UNIDADE	5	R\$ 8,20	8/2022	3 S COMERCIAL LTDA CPF/CNPJ: 39.596.414/0001-60	79-2022	PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO NOVO	CÓRREGO NOVO

VALOR MÉDIO UNITÁRIO: R\$ 8,31

VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 41,55

VALOR MÉDIO GLOBAL: R\$ 69.295,86

FUNDAMENTAÇÃO

A pesquisa de preços tornou-se um obstáculo a ser superado na condução dos certames licitatórios públicos, exigindo um vasto conhecimento da jurisprudência atual sobre a matéria, de forma a possibilitar o aperfeiçoamento das rotinas até então estabelecidas.

Como instrumento prévio indispensável para as contratações públicas, a pesquisa de preços serve como base para várias etapas do planejamento licitatório, com destaque para balizamento de preço e como mecanismo para garantir que o Poder Público contrate por valores compatíveis com aqueles praticados pela Administração Pública, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa.

Conforme previsto no Art. 5º, inciso II da Instrução Normativa 65/2021 do Ministério da Economia, um dos parâmetros para se realizar a pesquisa de preços é por meio de contratações similares de outros entes públicos, sendo este o parâmetro utilizado pelo DataPreço, obtendo os preços por meio de processos licitatórios homologados e enviados por todas as entidades públicas mineiras ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG por meio do Sistema Informatizado de Contas Municipais - SICOM.

Quanto a validade jurídica para fundamentar o uso do DataPreço, cita-se a Consulta 924.244 do TCE/MG; Instrução Normativa 65/2021 do Ministério da Economia; Acórdãos do TCU 2170/2007, 3351/2015, 8514/2017, 2787/2017 dentre outros; Lei 8.666/93 e Lei 14.133/2021.

Destaca-se ainda, que o DataPreço utiliza como metodologia para obtenção do preço estimado, a MÉDIA dos preços constantes na presente pesquisa de preços.

RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS



Chave: 7ddcc04c311e6b45da218caa60b37f4d

Para confirmar a autenticidade da pesquisa de preços, acesse o site e informe a chave ou leia o QR code

Relatório emitido em 10/02/2023 às 13:45:10